

4º BOLETIM TEMÁTICO

A Pobreza em Minas Gerais

Contrato de Prestação de Serviços nº9361878/2022 / SEDESE-MG e DIEESE

JULHO DE 2023



**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**

Direção Técnica

Fausto Augusto Jr - Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Técnico Adjunto

Coordenação Geral do Projeto

Patrícia Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta

Fernando Duarte – Supervisor Técnico do ERMG

Equipe Executora

Ângela Cristina Tepasse

Edgard Fusaro

Lucia dos Santos Garcia

Maria de Fátima Lage Guerra (revisão técnica)

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

E-mail: institucional@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. PANORAMA GERAL DA RENDA DOMICILIAR	6
Rendimento domiciliar <i>per capita</i>	6
Composição da renda domiciliar	9
Desigualdade e renda domiciliar	12
2. CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS POBRES DE MINAS GERAIS – BREVE DESCRIÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	19
Organização domiciliar e pobreza	19
Mercado de trabalho e pobreza	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
ANEXOS	33

DESTAQUES

Este boletim procurou apresentar um primeiro quadro sobre a pobreza em Minas Gerais, através de uma abordagem que trata a exclusão econômica e social a partir da distribuição da renda monetária domiciliar *per capita*. Nesse sentido, os principais achados foram:

- A renda média do domicílio por pessoa em Minas Gerais era de R\$ 1.505, em 2022, um patamar 5% inferior à média brasileira;
- Há uma desigualdade acentuada entre os estratos geográficos do estado, sendo que Belo Horizonte foi a maior renda média (R\$ 2.386), enquanto a mais baixa foi no Norte de Minas Gerais (R\$ 1.005).
- Um terço (33,1%) dos domicílios de Minas Gerais tinham renda per capita entre R\$ 606 (meio s.m) e R\$ 1.212 (um s.m).
- 28,2% dos domicílios tinham rendimentos situados entre mais de um a dois s.m.
- A pobreza (domicílios com renda domiciliar per capita inferior ou igual a R\$ 218) é predominante em famílias do tipo monoparental feminino, com sobre representação de pessoas negras na responsabilidade familiar.
- Os domicílios não pobres contam com idosos em sua composição.
- Em 19,6% dos domicílios a renda provinha do sistema previdenciário e, em 2,7% de transferências dos governos por meio de programas sociais.

APRESENTAÇÃO

O presente boletim, intitulado *A pobreza em Minas Gerais*, compõe o plano de atividades do Observatório do Trabalho de Minas Gerais (OTMG), parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE), por meio do contrato de prestação de serviços nº 9.361.878/2022.

Trata-se do último boletim de uma série de quatro. O primeiro boletim abordou as tendências do emprego e das condições de trabalho em micro e pequenas empresas mineiras do setor formal; o segundo chamou a atenção dos gestores públicos para a importância de considerar o trabalho por conta própria nas análises que tratam de estimar o papel de pequenas unidades econômicas na geração de emprego e de oportunidades de trabalho decente; e o terceiro analisou o comportamento recente da desocupação em âmbito estadual.

Este boletim tem como tema principal as características dos domicílios mineiros em situação de pobreza e uma breve análise da atividade econômica de seus principais responsáveis. Essa temática foi escolhida pelos gestores da SEDESE porque a nova diretriz do governo do estado, no campo social e do trabalho, foca exatamente na população em situação de pobreza e extrema pobreza. O objetivo do estudo é, portanto, prover informações estatísticas que possam ajudar esses gestores na tarefa de desenhar e implementar políticas efetivas para o enfrentamento do problema da pobreza no estado.

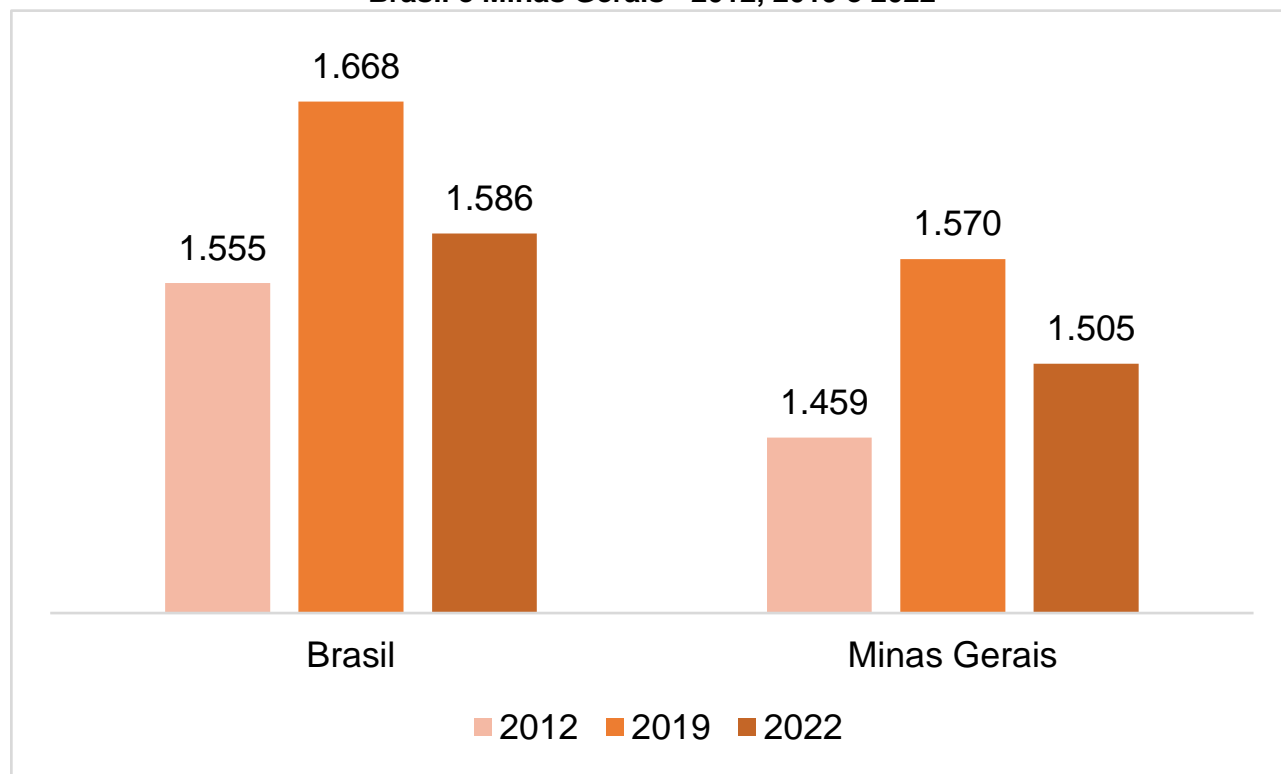
Para cumprir esse objetivo, o boletim está estruturado em três seções, além desta apresentação. Na primeira seção, é traçado um panorama geral do comportamento do rendimento domiciliar *per capita* em Minas Gerais, no período recente, considerando inclusive aspectos relativos à composição desse rendimento e da sua desigualdade por estratos de renda. Na segunda seção, é feita uma caracterização regional dos domicílios pobres do estado, a partir dos estratos geográficos do IBGE, com ênfase nos aspectos sociodemográficos e do trabalho. Na terceira sessão, por fim, são feitas considerações adicionais à temática, a título de reflexão conclusão.

1. PANORAMA GERAL DA RENDA DOMICILIAR

Rendimento domiciliar *per capita*

Em 2022, o rendimento domiciliar médio *per capita* no estado de Minas Gerais (R\$ 1.505) ficava 5% abaixo da média nacional (R\$ 1.586). Estes patamares são resultados de movimentos distintos no período recente: entre 2012 e 2019, houve crescimento da renda domiciliar *per capita* tanto no estado, quanto no país, mas com ligeira vantagem para o desempenho regional: 7,6%, contra 7,3% no caso brasileiro (7,3%). Já entre 2019 e 2022, em função da pandemia e da inflação, houve queda do rendimento médio domiciliar *per capita* em ambos os recortes geográficos, sendo essa queda de -4,1% no estado e um pouco maior no Brasil (-4,9%) – Gráfico 1.

GRÁFICO 1
Rendimento médio domiciliar *per capita* (em R\$ de 2022)
Brasil e Minas Gerais - 2012, 2019 e 2022



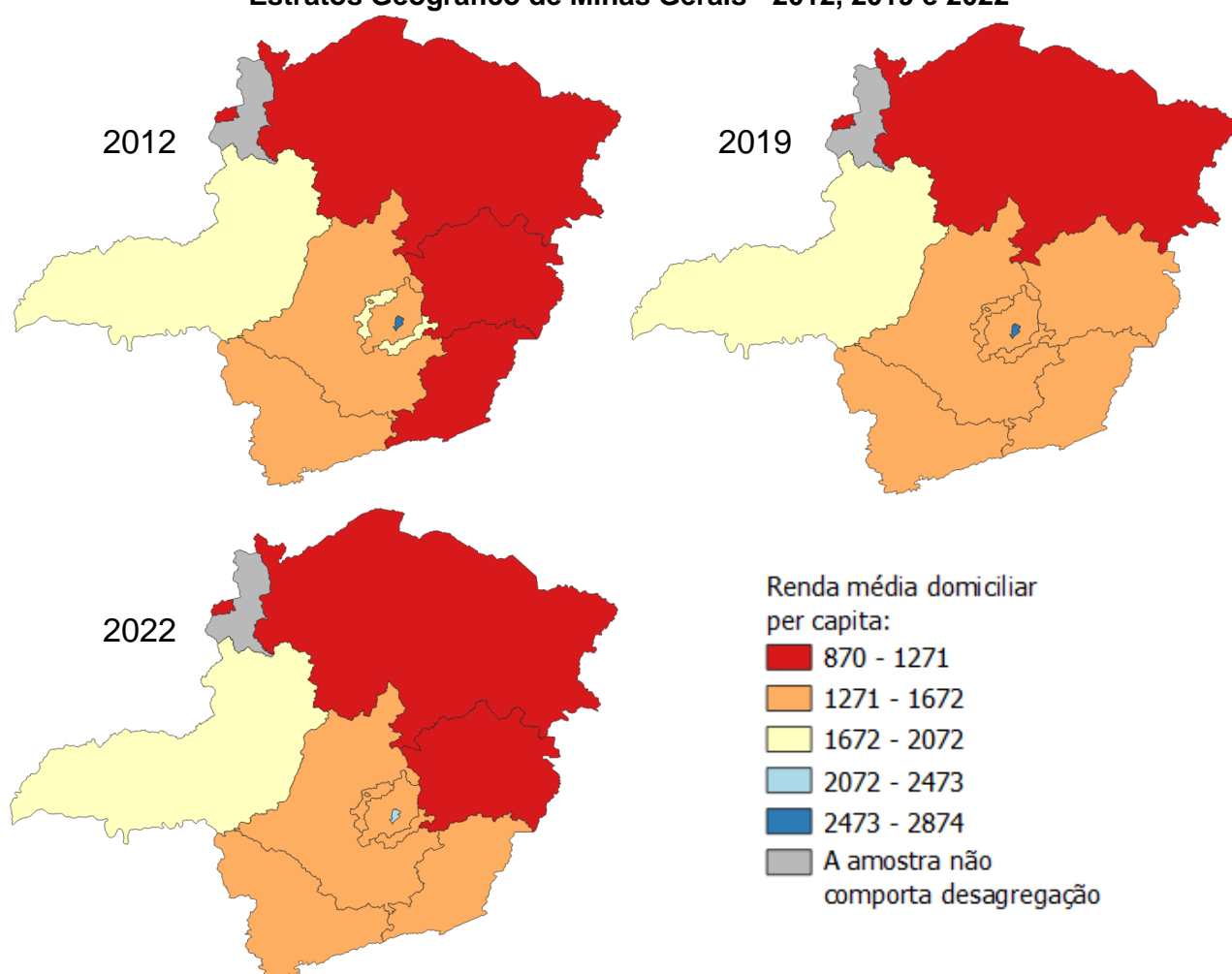
Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Segundo estratos geográficos¹, verifica-se grande desigualdade intrarregional de renda domiciliar *per capita* em Minas Gerais. O maior rendimento médio real domiciliar foi identificado no estrato que corresponde ao território da capital, Belo Horizonte. Houve, porém, uma queda de -11,4% nesse rendimento, entre 2012 e 2019, e de -6,3%, entre 2019 e 2022, passando o mesmo de R\$ 2.874 para R\$ 2.386, em um intervalo de 10 anos. Ou seja, no período em que o rendimento médio domiciliar *per capita* cresceu no estado como um todo, na capital ele estava em queda. Já no período seguinte, quando o rendimento estadual se reduziu em -4,1%, na capital também se registrou queda do indicador e em maior intensidade: -6,3% (Figura 1 e Anexo 1).

Já o estrato geográfico com menor rendimento domiciliar é o Norte de Minas Gerais. Em 2012, a média de rendimento por pessoa nesse estrato era de R\$ 870, a preços de 2022. Entre 2012 e 2019, o indicador nessa região registrou crescimento de 15,7%, mas caiu um pouco (-0,2%) no período seguinte, fechando 2022 em R\$ 1.005 por pessoa (Figura 1 e Anexo 1).

¹ Os estratos geográficos da PNAD Contínua são recortes regionais experimentais para divulgação de indicadores para agrupamentos de municípios. Para Minas Gerais, o IBGE criou dez estratos: RIDE de Brasília de Minas, Triângulo Mineiro, Sul de Minas, Zona da Mata, Central, Colar Metropolitano, Belo Horizonte, Entorno Metropolitano de BH, Vale do Rio Doce e Norte de Minas (Anexo 13).

FIGURA 1
Rendimento médio domiciliar *per capita* (em R\$ de 2022)
Estratos Geográfico de Minas Gerais - 2012, 2019 e 2022



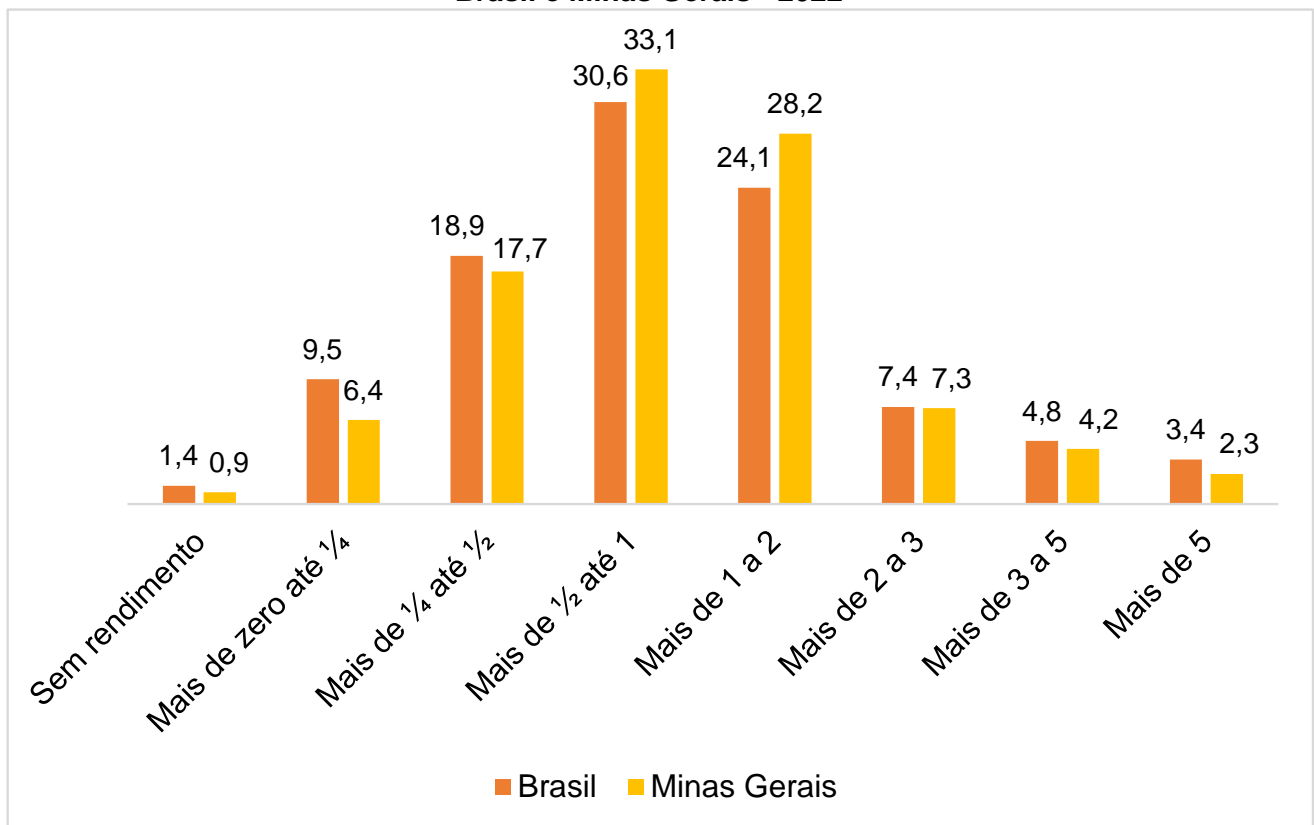
Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Na verdade, o Entorno Metropolitano de Belo Horizonte foi a única região do estado onde o rendimento médio domiciliar *per capita* registrou crescimento nos dois períodos considerados na análise, passando de R\$ 1.271, em 2012, para R\$1.332, em 2019, e, posteriormente, para R\$ 1.460, em 2022. (Figura 1 e Anexo 1).

Em 2022, a população de Minas Gerais esteve mais concentrada em domicílios com renda *per capita* de meio até dois salários-mínimos, do que a população brasileira. No Brasil, 54,7% da população estava em domicílios nessa faixa de rendimento, enquanto, em Minas Gerais, esse percentual foi de 61,3% (Gráfico 2). Em contrapartida, no mesmo período, o estado concentrava

25,0% das pessoas em domicílios com até meio salário-mínimo por pessoa, enquanto no país esses domicílios abrigavam quase 30% da população. Já os domicílios com mais de dois salários-mínimos *per capita* abarcavam 13,8% da população de Minas Gerais, enquanto no Brasil esse percentual era de 15,6%.

GRÁFICO 2
Distribuição percentual da população, por classes de rendimento domiciliar *per capita* (em salários-mínimos)
Brasil e Minas Gerais - 2022



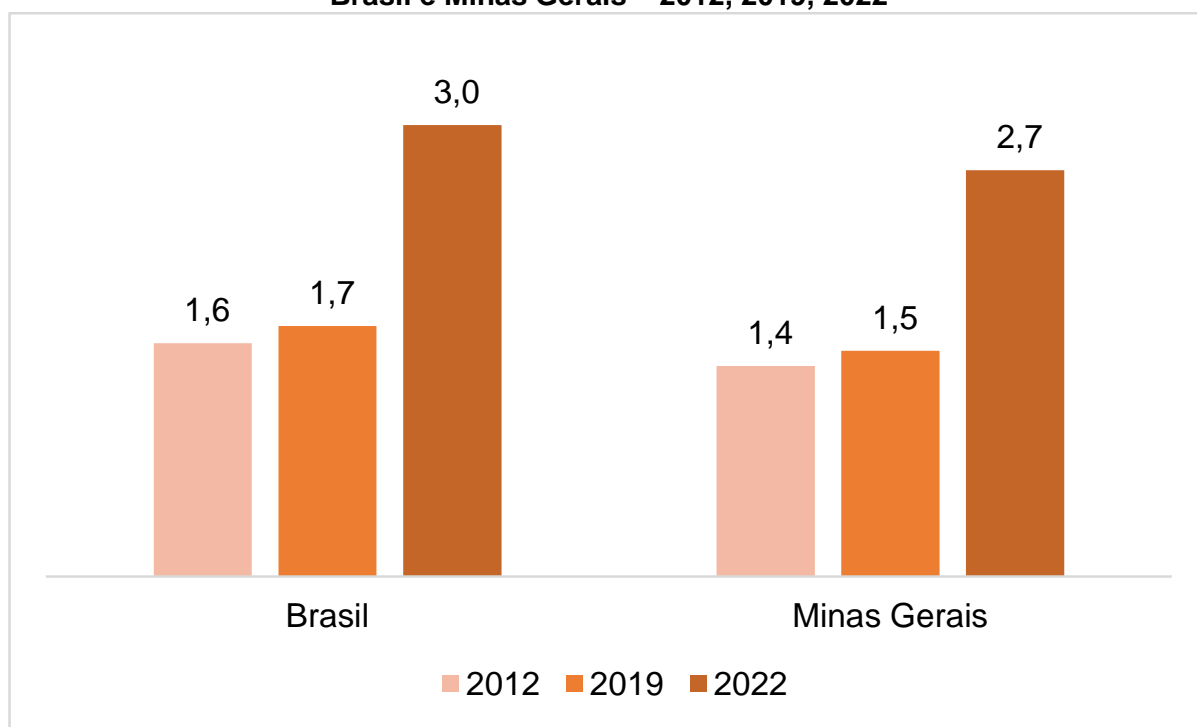
Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.
 Nota: Salário-mínimo de referência: R\$ 1.212.

Composição da renda domiciliar

Em razão da pandemia da Covid-19 e de medidas que visaram amenizar suas severas consequências sobre a subsistência individual e familiar, houve aumento do percentual de renda proveniente de benefícios de programas sociais nos domicílios brasileiros, entre 2019 e 2022. No país como um todo, esse aumento foi de 1,3 p.p., passando de 1,7% para 3,0%. Em Minas Gerais, por sua

vez, o aumento foi de 1,2 p.p., passando de 1,5% para 2,7% (Gráfico 3). Além disso, em todos os anos analisados essa participação foi ligeiramente menor em Minas Gerais do que no Brasil.

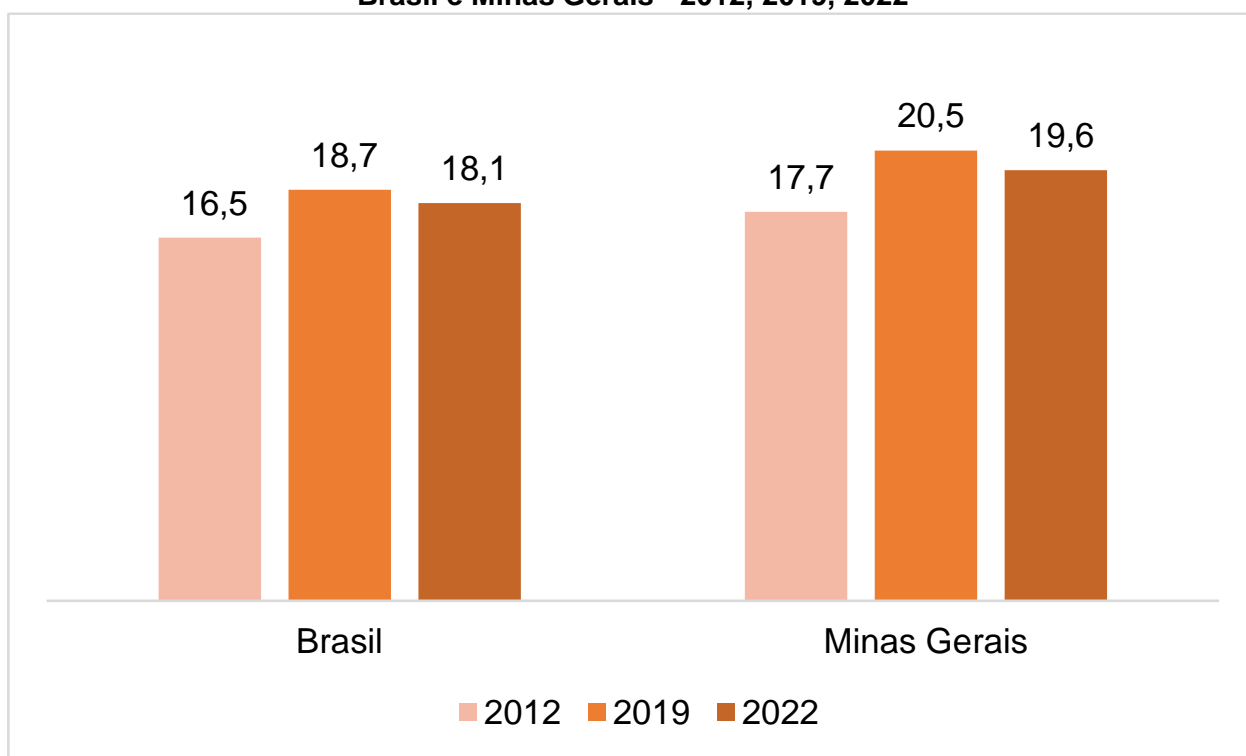
GRÁFICO 3
Percentual do rendimento total dos arranjos domiciliares provenientes de benefícios de programas sociais governamentais
Brasil e Minas Gerais – 2012, 2019, 2022



Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

No caso da parcela do rendimento domiciliar que é proveniente de aposentadoria e pensão, o percentual foi maior para o estado de Minas Gerais do que para o Brasil em todos os anos analisados, mas com uma diferença de pouco mais de um 1 p.p. Entre 2012 e 2019, o percentual do rendimento total dos arranjos familiares provenientes de aposentadoria e pensão aumentou de 17,7% para 20,5% em Minas Gerais, mas, em 2022, reduziu para 19,6%. No caso do Brasil, embora menor, o movimento também é parecido, crescendo essa proporção de 16,5% para 18,7%, entre 2012 e 2019, e caindo para 18,1%, em 2022 (Gráfico 4).

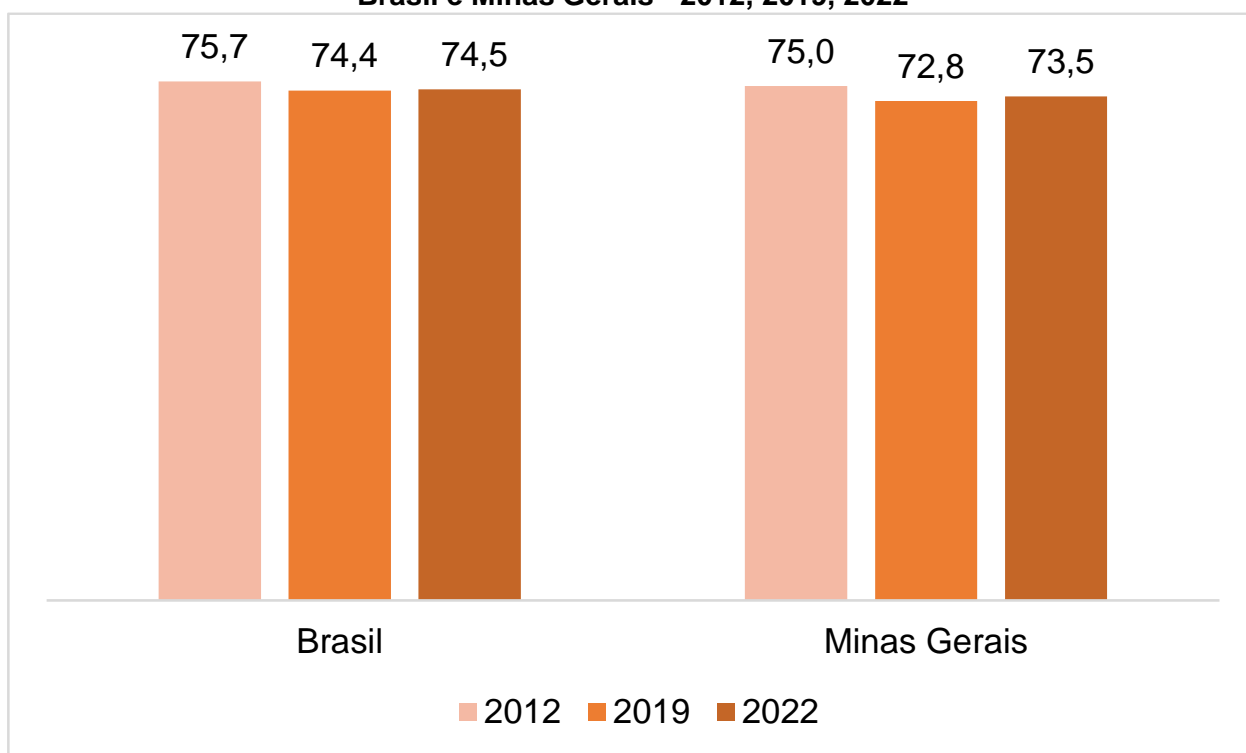
GRÁFICO 4
Percentual do rendimento total dos arranjos domiciliares provenientes de aposentadoria e pensão
Brasil e Minas Gerais - 2012, 2019, 2022



Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Mas o mais importante componente do rendimento total dos arranjos familiares é, obviamente, a renda do trabalho. No estado de Minas Gerais, esse percentual foi ligeiramente inferior ao do Brasil nos anos analisados e, entre 2012 e 2019, caiu de 75,0% para 72,8%, voltando a aumentar para 73,5%, em 2022 (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Percentual do rendimento total dos arranjos domiciliares provenientes de trabalho
Brasil e Minas Gerais - 2012, 2019, 2022

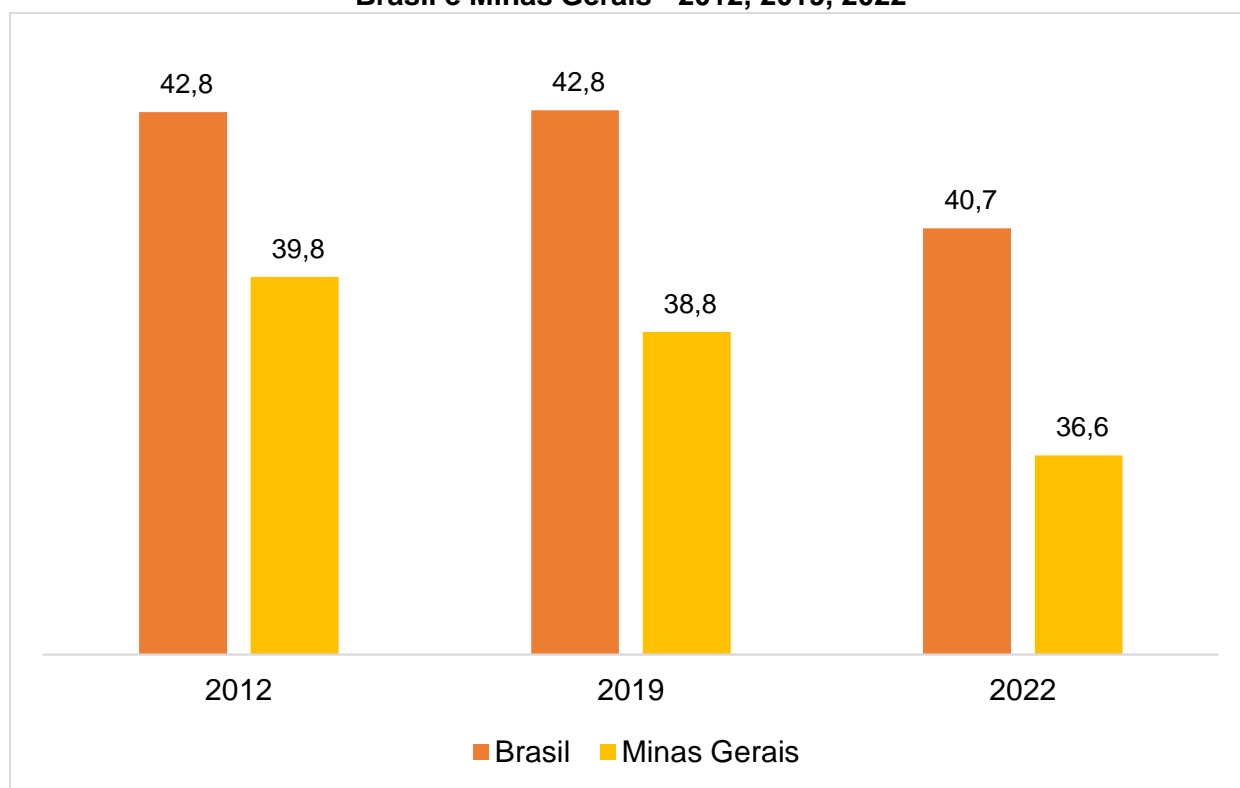


Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Desigualdade e renda domiciliar

Considerando-se os 10% mais ricos, verifica-se que no Brasil a participação dessa parcela da população na renda domiciliar *per capita*, ainda que mantendo-se muito elevada, caiu, entre 2019 e 2022, de 42,8% para 40,7%. Já em Minas Gerais, essa população concentrou menos renda do que no Brasil e, além disso, sua participação caiu mais do que no país, passando de 39,8% para 36,6%, entre 2012 e 2022 (Gráfico 6).

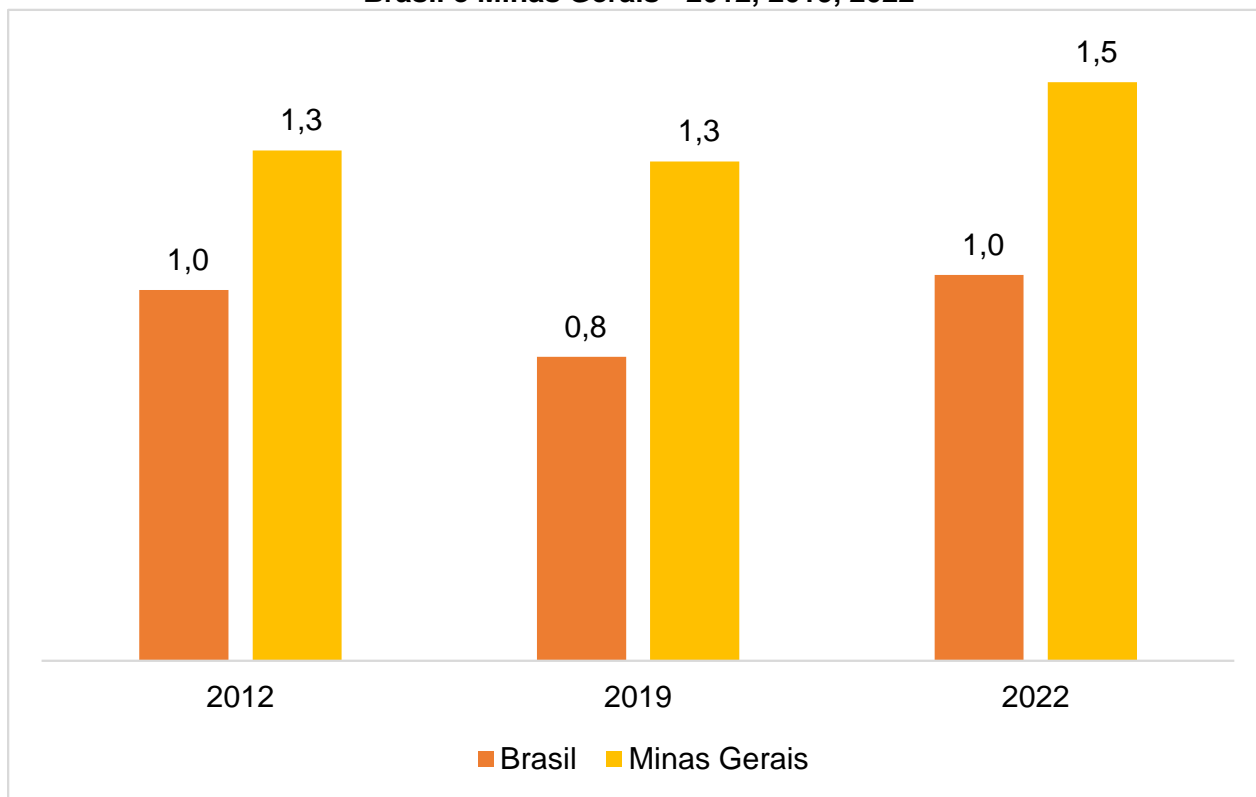
GRÁFICO 6
Percentual do rendimento domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos da população
Brasil e Minas Gerais - 2012, 2019, 2022



Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Os 10% mais pobres, por sua vez, possuem uma parcela maior da renda em Minas Gerais do que no Brasil. Além disso, o estado registrou um leve crescimento dessa parcela, que passou de 1,3%, em 2012, para 1,5%, em 2022, enquanto, no Brasil, ela manteve-se estável em um patamar menor e em torno de 1,0%, entre 2012 e 2022 (Gráfico 7). Em termos monetários, o rendimento médio dos domicílios de Minas Gerais por pessoa ficou em R\$ 225, em 2022, sendo que o maior valor de rendimento domiciliar registrado nessa parcela da população estadual foi de R\$ 366 (Tabela 1). No Brasil, esse rendimento médio foi da ordem de R\$ 162 por pessoa no domicílio, sendo o maior valor registrado de R\$ 298.

GRÁFICO 7
Percentual do rendimento domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres da população
Brasil e Minas Gerais - 2012, 2019, 2022



Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Considerando os 5% mais ricos, observa-se que o rendimento médio domiciliar, em 2022, foi de R\$ 8.987 por pessoa no Brasil, sendo o menor rendimento nessa classe de R\$ 4.948 e o maior de R\$ 597.430. Ou seja, existe uma grande desigualdade de renda mesmo dentro desse estrato de rendimento mais elevado.

Já em Minas Gerais, embora também exista uma grande desigualdade de renda entre os mais ricos, ela foi um pouco menor. No estado, os 5% mais ricos registraram rendimento médio domiciliar *per capita* de R\$7.590, sendo o menor valor registrado de R\$ 4.164 e o maior de R\$ 65.241 (Ver Tabela 1 e, para as tabelas completas, com todas as classes de rendimento, ver anexos 3 e 4).

TABELA 1
Valores de rendimento domiciliar *per capita* médio, mediano, limites e percentual da renda concentrada, segundo as classes de percentual de rendimento domiciliar *per capita* Brasil e Minas Gerais - 2022

Localidade/Classe	Limite inferior (R\$)	Rendimento médio (R\$)	Rendimento mediano (R\$)	Limite superior (R\$)	Percentual da renda concentrada (%)
Brasil					
10% mais pobres	-	162	176	298	1,0
5% mais ricos	4.948	8.987	7.110	597.430	28,4
Minas Gerais					
10% mais pobres	-	225	250	366	1,5
5% mais ricos	4.164	7.590	5.924	65.241	25,3

Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Notas: (1) Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

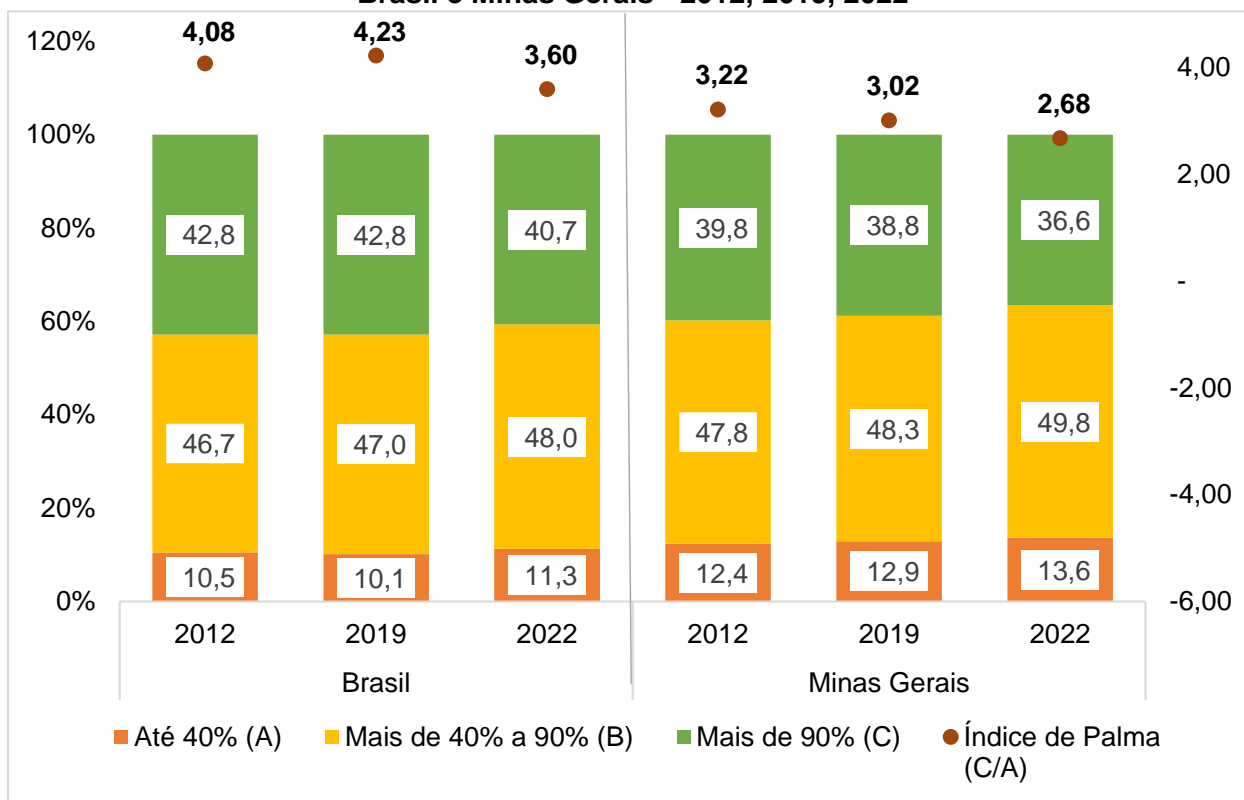
(2) Ver as tabelas completas nos anexos 3 e 4.

Outro indicador utilizado para medir desigualdade de renda é o Índice de Palma, que estabelece uma comparação entre a parcela do rendimento apropriada pelos 10% das pessoas com os maiores rendimentos e a parcela apropriada pelos 40% com os menores rendimentos (IBGE, 2018).

No Brasil, o Índice de Palma passou de 4,23 para 3,60, entre 2019 e 2022, indicando que a parcela dos rendimentos recebidos pelos 10% com maior renda superou o total recebido pelos 40% com os menores rendimentos em quase quatro vezes. Os índices revelam uma forte concentração de renda no país, com uma leve melhora em 2022 (Gráfico 8).

Em Minas Gerais, esse indicador mostrou uma distribuição de renda um pouco melhor do que a brasileira, sendo que a parcela dos 10% mais ricos foi, em média, três vezes maior do que a parcela dos 40% com os menores rendimentos, em 2019, caindo para pouco mais de duas vezes e meia em 2022. Ou seja, também houve uma melhora, nesse sentido, no estado.

GRÁFICO 8
Distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, por classes de percentual de pessoas e Índice de Palma
Brasil e Minas Gerais - 2012, 2019, 2022



Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

O Índice de Gini, por sua vez, é uma medida numérica de desigualdade relativa que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda da perfeita igualdade de renda, variando de “0” (situação em que não há desigualdade) a “1” (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo) (IBGE, 2018).

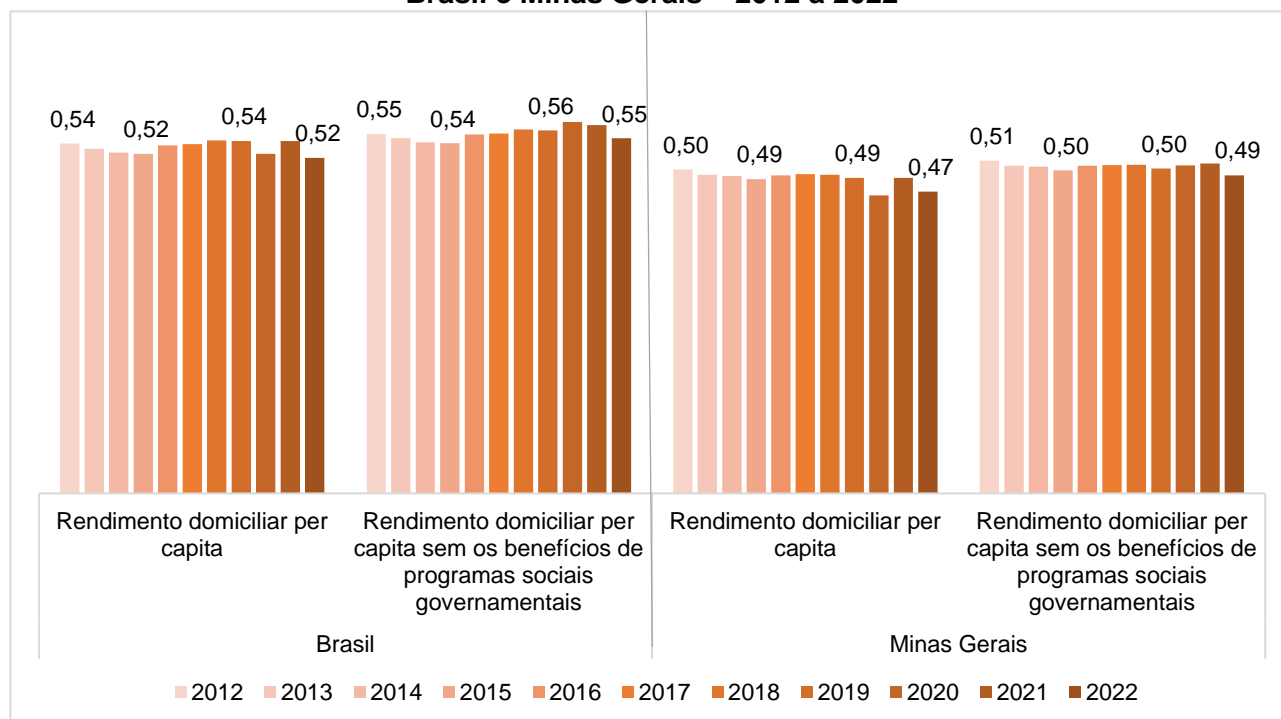
Observa-se no Gráfico 9, a seguir, que os benefícios dos programas sociais governamentais reduzem a desigualdade de rendimento, tanto no Brasil, como no estado de Minas Gerais. Se considerado todo o rendimento domiciliar *per capita*, o Gini para o Brasil é, na média de todos os anos analisados, de 0,53. Se excluídos os rendimentos de programas sociais, a desigualdade de renda piora para 0,56, na média dos anos. No estado de Minas Gerais, a média do Gini no primeiro caso é de 0,49 e, no segundo caso, de 0,50, sendo, em todos os anos, o segundo maior do que o primeiro, tanto para o Brasil como para Minas Gerais.

No Brasil, a desigualdade de rendimento melhora no período de 2012 a 2015, passando de um índice de Gini de 0,54 para 0,52. O mesmo ocorre no estado de Minas Gerais, cujo índice passa de 0,50 para 0,49. No período seguinte, de 2015 a 2019, a desigualdade cresce no Brasil, mas, em Minas Gerais, permanece relativamente estável.

No primeiro ano da pandemia de Covid-19, ou seja, entre 2019 e 2020, nota-se que a desigualdade de rendimento melhora, tanto no Brasil, como em Minas Gerais. Porém, se excluídos os benefícios governamentais sociais, a desigualdade piora, ficando mais concentrada a renda.

Já no período entre 2020 e 2022, há uma melhora na distribuição do rendimento e, no Brasil, essa variação é ainda maior quando excluídos os benefícios sociais governamentais. No caso de Minas Gerais, inclusive, a distribuição de renda piora se considerados esses benefícios, passando o índice de Gini de 0,46 para 0,47, enquanto, quando excluídas as rendas de benefícios sociais, a renda fica mais desconcentrada, passando o Gini de 0,51 para 0,49.

GRÁFICO 9
Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* com e sem benefícios de programas sociais governamentais
Brasil e Minas Gerais – 2012 a 2022

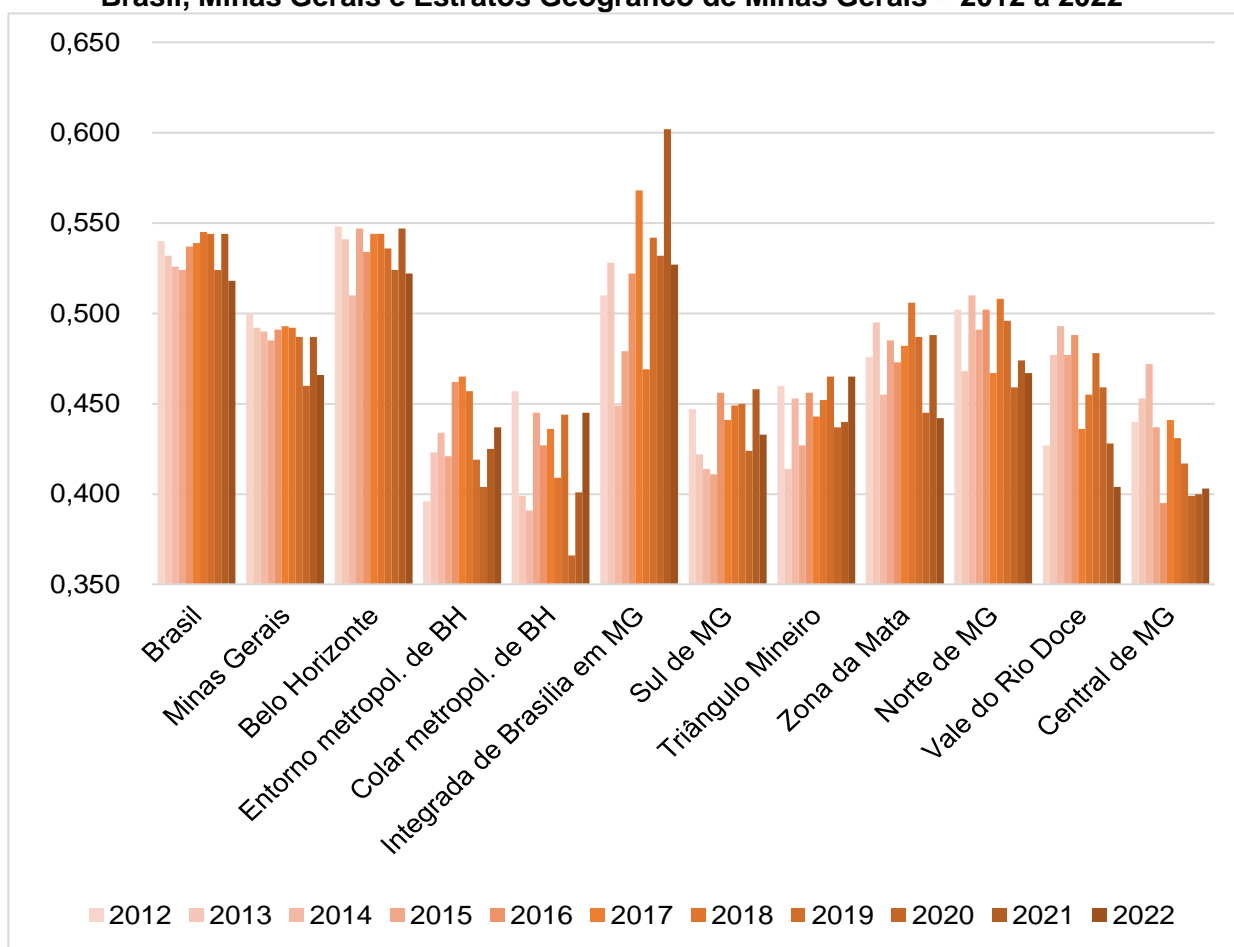


Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

A capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, é o estrato geográfico do IBGE que apresentou, na média dos anos analisados, a maior desigualdade de rendimento, com o Gini variando entre 0,55, em 2012, pior ano de distribuição de renda, e 0,51 em 2015, ano de melhor distribuição de renda (Gráfico 10).

A renda está mais bem distribuída no Colar Metropolitano de Belo Horizonte, com média do Gini de 0,42; na Região Central de Minas Gerais, com média de 0,43; e no Entorno Metropolitano de Belo Horizonte, com média de 0,43. Porém, no Entorno Metropolitano de Belo Horizonte, a desigualdade de renda piorou em 10 anos, passando de um Gini de 0,40 em 2012, para 0,44 em 2012. Já nos dois outros estratos, a renda ficou um pouco mais desconcentrada, passando de um Gini de 0,44, em 2012, para 0,40, em 2022, na Região Central; e de 0,46 para 0,44, no Colar Metropolitano.

GRÁFICO 10
Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* com e sem benefícios de programas sociais governamentais
Brasil, Minas Gerais e Estratos Geográfico de Minas Gerais – 2012 a 2022



Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

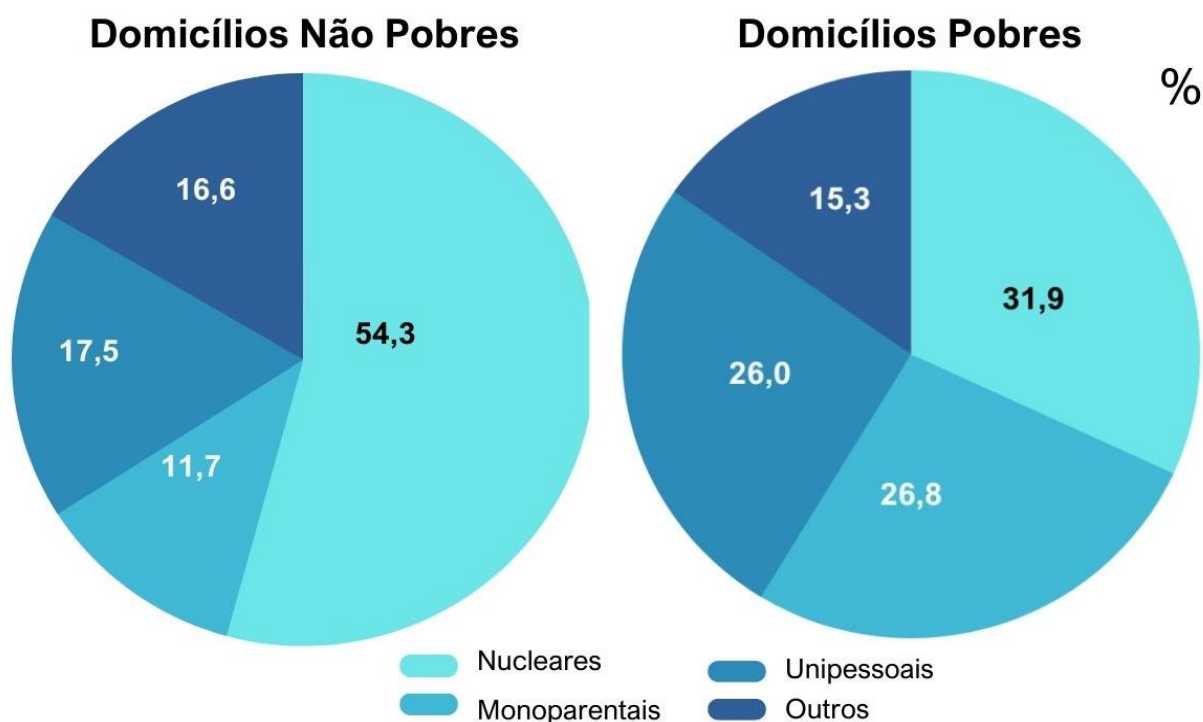
2. CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS POBRES DE MINAS GERAIS – BREVE DESCRIÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Para produzir uma visão exploratória das características dos domicílios pobres de Minas Gerais, optou-se pela delimitação objetiva e oficial da pobreza no país por linha monetária, nos termos adotados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Apesar do reconhecimento da complexidade do fenômeno e da importância de se analisar os fatores que circundam a desigualdade e a privação extrema de indivíduos e grupos em perspectiva multidimensional, entende-se que uma primeira visão construída a partir do critério monetário é necessária e útil. Com a análise circunscrita às unidades domiciliares consideradas em pobreza domiciliar, perde-se, no entanto, a possibilidade de traçar um panorama do fenômeno por estrato geográfico. Mesmo assim, é possível contrapor o perfil de domicílios pobres, cuja renda mensal *per capita* alcançava, no máximo, R\$ 218, aos daqueles não pobres.

Organização domiciliar e pobreza

Em 2022, mais da metade dos domicílios de Minas Gerais (53,4%) se organizava a partir da formação de casais, que é o arranjo familiar majoritário entre unidades domiciliares **não pobres** (54,3%) – Gráfico 11. Entre os domicílios **pobres**, embora a família nuclear também preponderasse (31,6%), outras tipologias familiares tinham frequência expressiva, como os arranjos monoparentais (26,0%) e unipessoais (26,8%). Esses dois arranjos, no caso dos domicílios que contavam com renda monetária *per capita* superior ao limiar da subsistência, correspondiam em conjunto a menos de 30% do total de famílias.

GRÁFICO 11
Distribuição dos domicílios pobres e não pobres (1), segundo modalidade de arranjo familiar
Minas Gerais – 2022



Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas. Elaboração: DIEESE

Notas: Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Domicílios pobres - com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

Considerando-se as famílias compostas por casais com presença ou não de filhos, verifica-se também que na maior parte das residências mineiras os casais contavam com filhos (36,4% dos domicílios) e este era o formato predominante dos agrupamentos domiciliares regionais, em 2022, seguido pelo agrupamento constituído por casais sem filhos (17,4%). Esses totais são influenciados pelos padrões estatísticos médios dos domicílios não pobres, onde estas tipologias atingiam 36,9% e 17,4% das unidades domiciliares, respectivamente. Mas mesmo entre os domicílios mineiros pobres formados por casais, verifica-se que a maioria (23,8%) também contava com a presença de filhos, no período analisado (Gráfico 12).

Ainda assim, no que tange à presença de filhos, deve-se considerar que em 2022 o arranjo familiar preponderante entre os domicílios pobres mineiros era o composto por **mães e filhos (25,7%)** -Gráfico 13. Além disto, mesmo entre os domicílios nucleares a relação entre formações sem e com filhos era muito menor entre os pobres, do que entre os não pobres. Entre os primeiros, para cada

domicílio de casal com filhos havia apenas três (3) sem filhos. Já entre os domicílios não pobres, este quociente subia para quase cinco (5) – Gráfico 12.

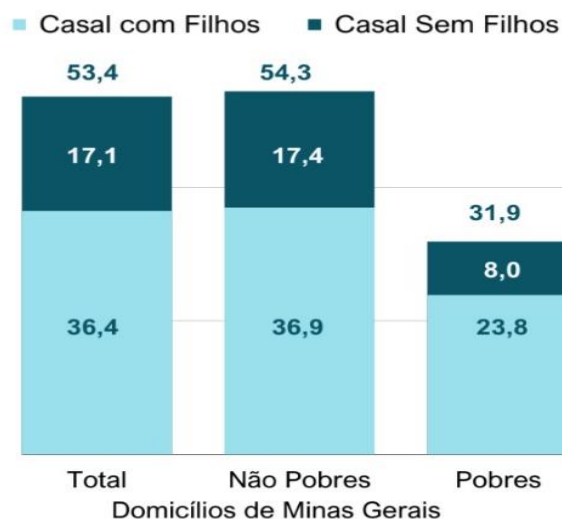
Esses resultados sugerem a importância do tamanho da família para o enquadramento da pobreza, mas apontam, também, para a necessidade de examinar as potencialidades e os limites enfrentados pelos membros familiares na integração ao universo produtivo, em busca de sustento e autonomia.

Neste contexto, os filhos presentes em domicílios nucleares não pobres e em domicílios monoparentais empobrecidos experimentam e compõem realidades completamente díspares. Isso se explica pelo fato de que, entre os vários fatores que articulam pobreza, composição familiar e existência de filhos estão incluídas tanto as possibilidades de compartilhamento de cuidados e da busca de renda por um casal com filhos na fase infanto-juvenil - além da contribuição econômica de jovens (entre 16 e 29 anos) que permanecem residindo na casa paterna, quanto as dificuldades enfrentadas por núcleos parentais com crianças pequenas e poucos recursos, acrescidas ainda pela inviabilidade produtiva para pais e mães solo.

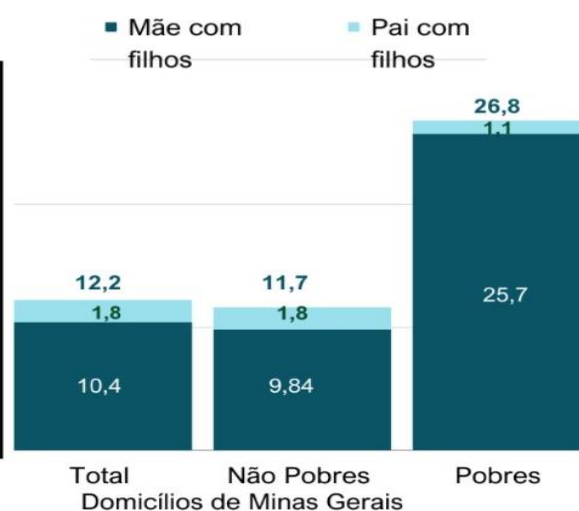
Em Minas Gerais, em 2022, no entrelaçamento destas situações, as organizações familiares de tipo monoparental se destacavam pela elevada presença entre domicílios pobres (26,8%), nos quais esses arranjos eram duas vezes mais frequentes do que entre os domicílios não pobres (11,7) – Gráfico 13. Especificamente quando a monoparentalidade era feminina, este diferencial se intensificava, uma vez que 25,7% dos domicílios pobres contavam com esta modalidade de organização, frente a 9,8% dos domicílios não pobres. Concorriam para isto, primeiramente, a escassez geral de formações análogas chefiadas por pais e, secundariamente, a proporção reduzida de organizações domiciliares tocadas por pais solo, entre os domicílios pobres (1,1%) – Gráfico 13.

GRÁFICO 12

Proporção dos domicílios nucleares segundo condição de pobreza e presença dos filhos Minas Gerais - 2022

**GRÁFICO 13**

Proporção dos domicílios monoparentais segundo condição de pobreza e sexo do responsável Minas Gerais - 2022



Relação Casal sem Filhos/Casal com Filhos:

- Não Pobres => 5
- Pobres => 3

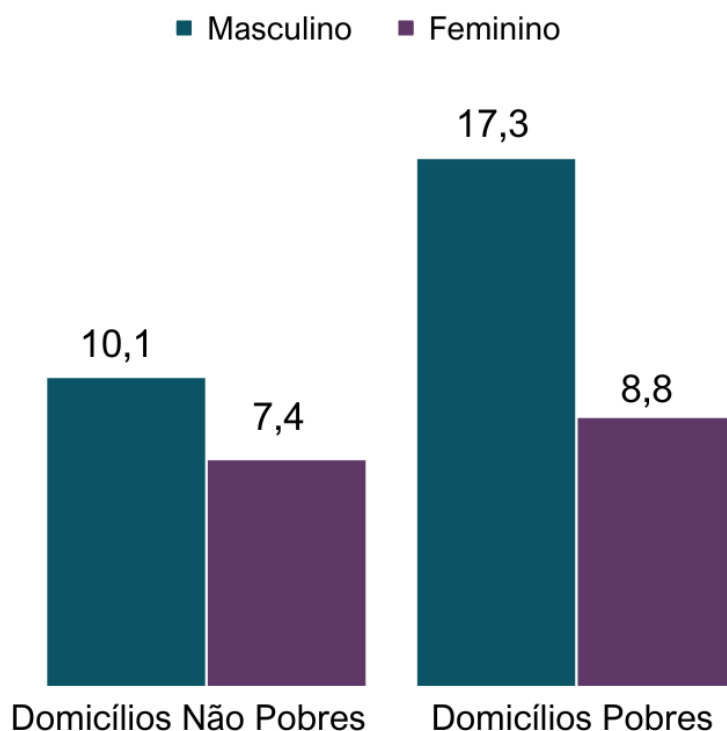
Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas. Elaboração: DIEESE

Notas: Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Domicílios pobres - com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

Ainda no que diz respeito à extensão familiar e pobreza, visto que o número de indivíduos e suas contribuições para geração de renda é essencial, fica ressaltada a proporção de famílias unipessoais entre os domicílios pobres (26,0%), que é muito superior à análoga entre os não pobres (17,5%). Essa incidência de moradias unipessoais na pobreza também apresenta um nítido viés de gênero, porém, masculino. De fato, em 17,3% do conjunto de domicílios paupérrimos de Minas Gerais figuravam homens sós, enquanto a proporção de experiências unipessoais masculinas estava limitada a 10,1% das unidades não pobres. O volume de residências de mulheres que moravam sozinhas, por seu turno, era praticamente indistinto entre domicílios pobres e não pobres – Gráfico 14.

GRÁFICO 14
Distribuição dos domicílios unipessoais pobres e não pobres (1) segundo
sexo.
Minas Gerais – 2022



Domicílios de Minas Gerais

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas. Elaboração: DIEESE

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

Negros(as) = pretos(as) e pardos(as). não negros(as) = brancos(as), amarelos(as) e indígenas.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

Pobreza, quantidade e idade dos filhos

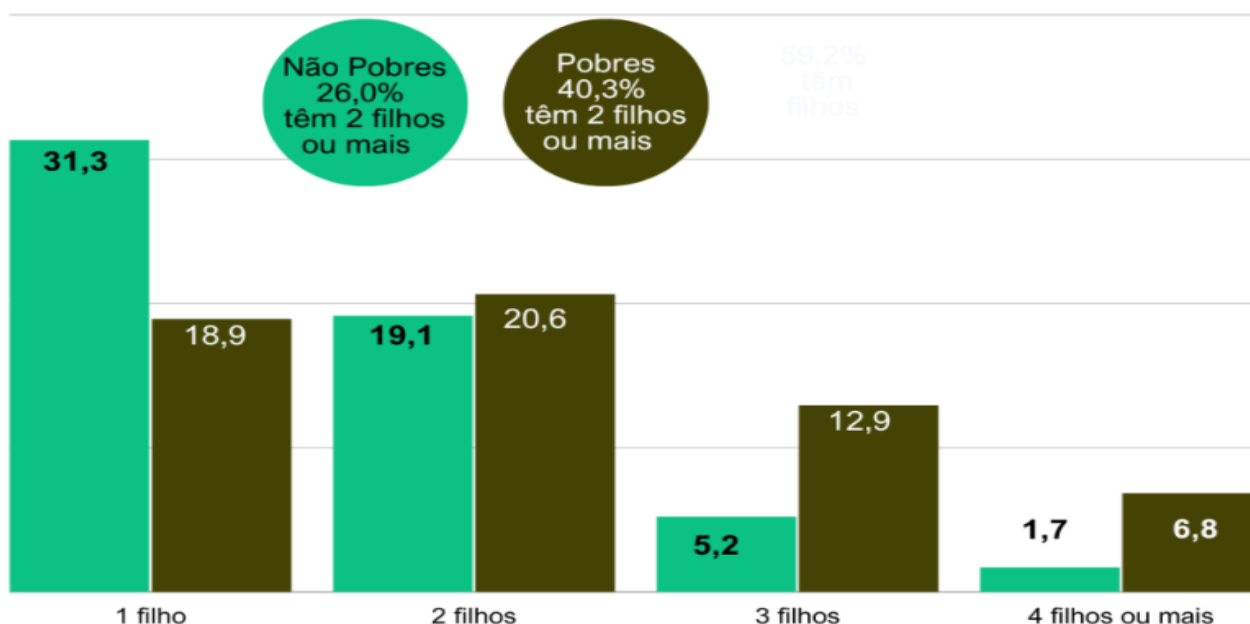
A relação entre pobreza e existência de filhos no âmbito domiciliar pode estar associada a dois fatores essenciais da organização dos núcleos familiares: um relacionado à demanda de cuidados que, em geral, é dada pelas necessidades de crianças e adolescentes, e, outro, relacionado à capacidade de contribuição com o sustento do grupo, que, por sua vez, é associada à presença ou não de jovens e de adultos jovens já inseridos no universo da produção. Neste sentido, analisar o número de filhos é tão importante quanto identificar a faixa etária da prole sobre a guarda dos seus genitores ou responsáveis.

Neste boletim, esta análise é feita através do exame do número filhos presentes e suas respectivas faixas etárias em três modalidades de arranjos familiares: os nucleares, os monoparentais e os classificados como outros, nos quais casais ou pais e mães solo podem coabitar com outros

parentes e agregados. Esta aferição demonstrou, inicialmente, haver pouca distinção na incidência de lares com filhos, entre domicílios pobres (59,2%) e não pobres (57,3%).

A extensão familiar dada pelo número de filhos, entretanto, era muito diferente para os dois conjuntos domiciliares analisados, pois, entre os não pobres, 50,4% das unidades domicílios tinham no máximo dois filhos, ao passo que entre os pobres esta proporção atingia apenas 39,4% das unidades. Por outro lado, o percentual de unidades pobres que tinham três filhos e quatro filhos correspondia a 12,9% e 6,8%, enquanto, entre os não pobres estes patamares alcançaram, respectivamente, 5,2% e 1,7% (Gráfico 15).

GRÁFICO 15
Distribuição dos domicílios com filhos segundo condição de pobreza e número de filhos
Minas Gerais – 2022



Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas. Elaboração: DIEESE

Notas: Exclusivo as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

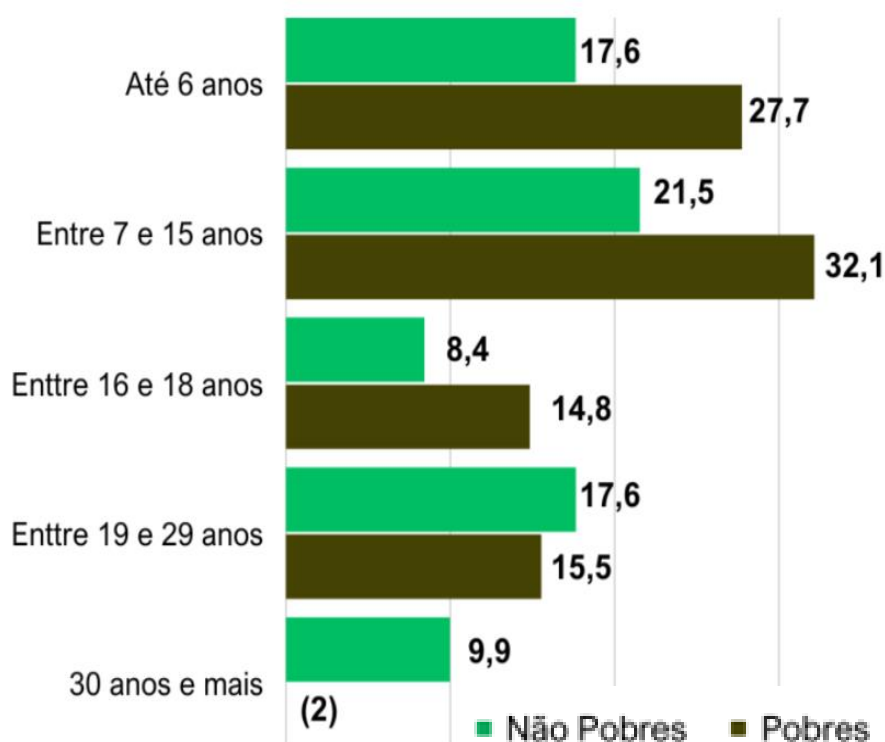
(1) Domicílios pobres - com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

Além de ter um número maior de filhos, os domicílios pobres de Minas Gerais concentravam expressivamente maior volume de crianças e adolescentes (66,7%) do que os não pobres (39,1%). Adicionalmente, entre as moradias pobres, relativamente às não pobres, era mais elevado o percentual de filhos no primeiro ciclo da juventude: 14,8% contra 8,4%. Estes segmentos etários, sabidamente, são caracterizados pelo maior consumo de tempo, cuidados e recursos para formação de corpos e

capacidades, muitas vezes exigindo o afastamento ou a limitação produtiva dos responsáveis, tanto mais ante a restrição de acesso ou a inexistência de políticas públicas.

De modo diverso, em 2022 verificou-se em 17,6% dos domicílios não pobres de Minas Gerais a presença de filhos jovens, entre 19 e 29 anos; e em 9,9% a permanência de filhos adultos, a partir dos 30 anos. Estes percentuais eram superiores aos observados em unidades empobrecidas, identificadas em 15,5%, no primeiro caso, e sequer contabilizáveis, no caso de filhos adultos. A relevância deste aspecto se relaciona ao desenvolvimento pessoal associado aos filhos nestas faixas etárias que, no geral, possuem maior autonomia e tendência à participação nos universos do trabalho e da produção - de modo experimental (juventude) e consolidado (adultos) - fatores capazes de alterar severamente a condição de renda domiciliar (Gráfico 16).

GRÁFICO 16
Distribuição (%) dos domicílios com filhos segundo condição de pobreza e idade dos filhos - Minas Gerais – 2022



Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas. Elaboração: DIEESE

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Domicílios pobres - com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A presença do idoso e a condição de pobreza domiciliar

A presença de idosos, dotados ou não de alguma renda, em domicílios situados abaixo do limite monetário da subsistência, em relação àqueles inseridos em lares considerados não pobres de Minas Gerais, a princípio, diferenciava-se pela incidência e percentual de indivíduos, em 2022. Embora este tema demande maior desenvolvimento e pesquisa, impressiona o fato de um terço das residências do estado com renda média *per capita* superior a R\$ 218,00 (não pobres) contarem, em 2022, com idosos entre seus membros (33,4%), em contraste aos 19,7% dos domicílios pobres em situação análoga (Anexo 8).

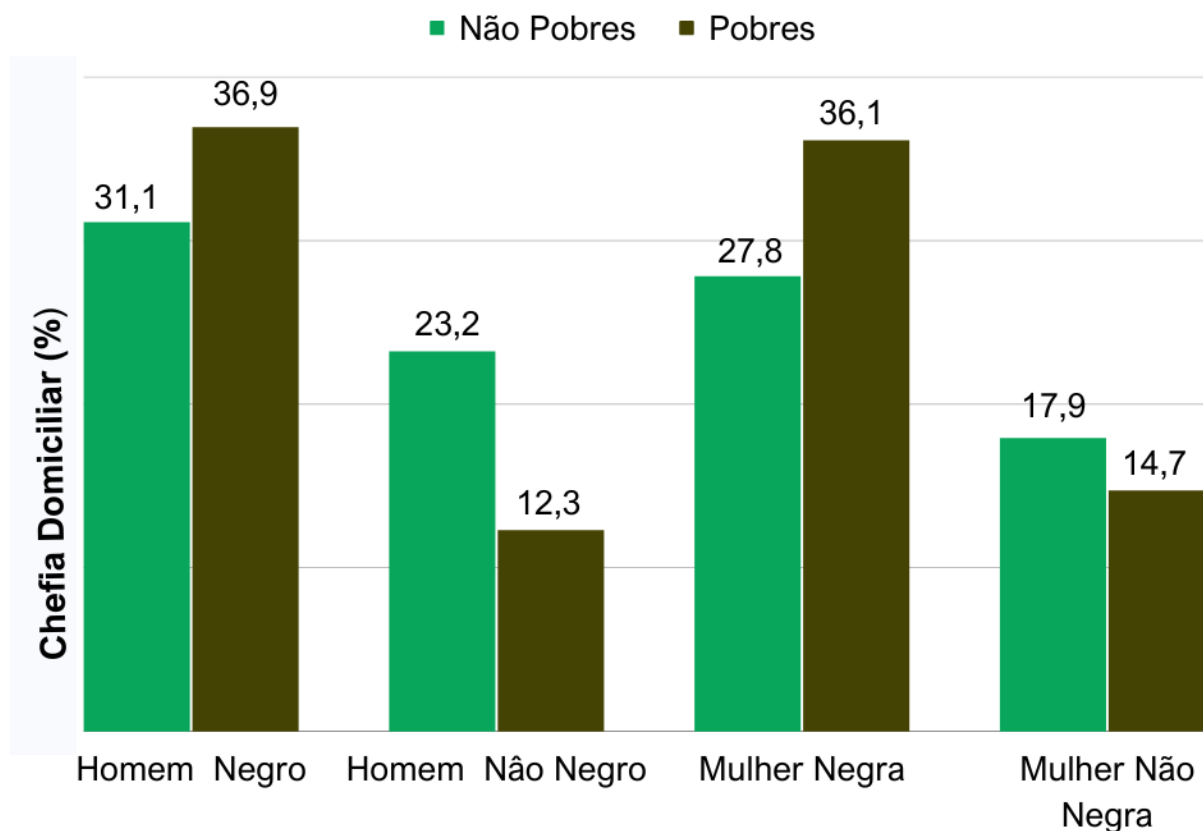
Certamente, estudos futuros que aprofundem as relações entre longevidade e pobreza, autonomia econômica e domiciliar na terceira idade, assim como a contribuição de rendas e pensões de ordem previdenciária para o sustento familiar, serão necessários para elucidar este quadro. Para tanto, um segundo parâmetro útil parece ser o volume de idosos incorporados aos domicílios analisados: 21,8% das unidades domiciliares não pobres e 17,6% das pobres contavam com pelo menos um idoso entre seus membros. Contudo, apenas 2,1% dos lares em risco de subsistência tinham dois ou mais integrantes com idade igual ou superior aos 60 anos, ao passo que este percentual subia para 11,6% dentre domicílios não pobres.

Pobreza, raça e sexo dos responsáveis pelo domicílio

Por fim, além da caracterização na perspectiva do tamanho e do tipo do arranjo familiar, é importante considerar que a pobreza domiciliar deve ser examinada, também, em termos do sexo e da cor dos líderes familiares. Essa perspectiva se justifica pelo perfil das discriminações existentes no país, que entre suas múltiplas formas, invariavelmente aponta para hierarquizações de cunho sexista e racial, sobretudo no que tange ao problema da desigualdade.

Nesse sentido, os dados para Minas Gerais não deixam dúvidas quanto à sobre representação de homens e mulheres negras na chefia de domicílios pobres, visto que os percentuais destas residências que contavam com este perfil de líderes correspondiam a 36,9% e 36,1%, respectivamente, em 2022. O inverso foi constatado para a parcela não negra, cujas proporções eram mais elevadas na liderança de domicílios não pobres e reduzidas na chefia dos pobres (Gráfico 17).

GRÁFICO 17
Distribuição dos domicílios segundo condição de pobreza (1), cor e sexo do principal responsável (chefe)
Minas Gerais – 2022



Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas. Elaboração: DIEESE

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

Negros(as) = pretos(as) e pardos(as). não negros(as) = brancos(as), amarelos(as) e indígenas.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

Mercado de trabalho e pobreza

Mediante a relevância do mercado de trabalho para a formação da renda individual e domiciliar, a inserção ocupacional é tema corriqueiramente recrutado para produzir entendimentos sobre os motores da pobreza e para inspirar políticas públicas voltadas à sua superação, sendo vista como ponte para a autonomia familiar (porta de saída). De forma objetiva, entretanto, a restrição de informações obtidas a partir de dados oficiais já aponta os desafios para a formulação de iniciativas neste âmbito.

Inicialmente, para pessoas que integram domicílios paupérrimos, existem indiscutíveis obstáculos ao engajamento produtivo tradicional, que podem advir de inúmeros fatores - desde

sucessivos insucessos profissionais; desatualizações e incompatibilidades educacionais e de qualificação; distanciamento dos centros produtivos; inaptidão física, mental ou emocional; até sobrecarga com cuidados e encargos domiciliares. No caso de Minas Gerais, a existência destes obstáculos, em 2022, ficava expressa na presença reduzida dos principais responsáveis ou chefes de domicílios pobres na força de trabalho, uma vez que apenas 40,4% dos indivíduos de 14 anos e mais com este perfil participavam ativamente do mercado de trabalho. A taxa de participação média dos chefes de domicílios não pobres, por outro lado, ficou situada em 60,0%, no mesmo ano.

A frustrada participação produtiva dos chefes domiciliares pobres também é sintetizada pela reduzida utilização da força de trabalho que disponibilizam ao mercado, expressa na taxa de desocupação de 60,0% que enfrentaram em 2022. A realidade dos chefes de domicílio não pobres é nitidamente contrastante, pois para estes a taxa de desocupação média, no último ano, foi de 3,6% (Tabela 2).

TABELA 2
Taxas de participação e de desocupação do principal responsável pelo domicílio, segundo condição de pobreza (1) - Minas Gerais - 2022

Taxas de participação e de desocupação	Estado de Minas Gerais		
	Total	Não Pobres	Pobres (1)
Taxa de participação (em % da PIA)	66,6	67,6	40,4
Taxa de desocupação (em % da PEA)	4,9	3,6	60,0

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas.

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

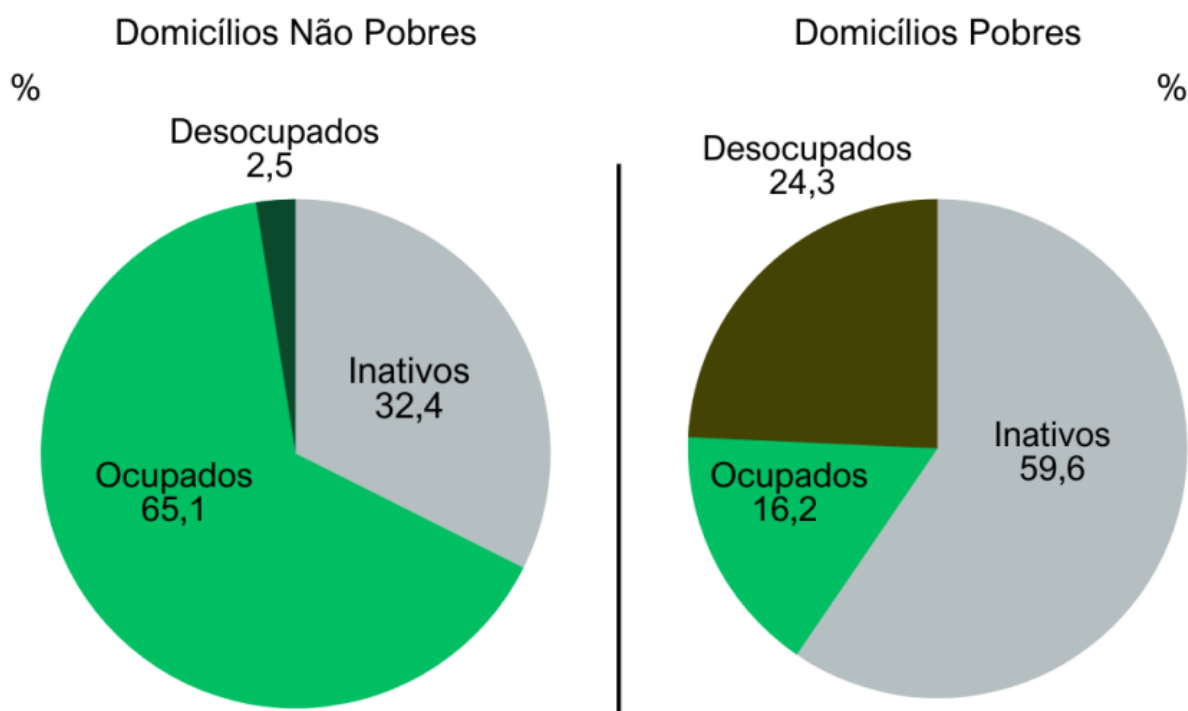
Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

Outra forma de quantificar a reduzida participação e a elevada desocupação dos principais responsáveis pelos domicílios pobres no mercado de trabalho pode ser feita através da distribuição destas unidades, por condição de atividade dos chefes, em comparação às não pobres. Para 2022, este exercício demonstrou que 59,6% das residências que contavam, no máximo, com renda per capita de R\$ 218,0, tinham chefes ou líderes familiares economicamente inativos. A proporção dos domicílios não pobres com o mesmo critério era de 32,4%.

Na mesma linha, uma leitura do volume de domicílios empobrecidos que contavam com chefes/responsáveis economicamente ativos não deixa dúvidas sobre a exclusão enfrentada no mercado de trabalho, pois em 24,3% do total de unidades domiciliares com este perfil de renda, o chefe/responsável estava desocupado. Este patamar, em si elevado, era maior que o percentual de domicílios pobres em que o líder familiar estava ocupado (16,2%), em 2022. As proporções análogas são completamente distintas dentre domicílios não pobres, mas a informação acachapante se refere ao percentual destes agrupamentos com chefes/responsáveis desocupados – 2,5% (Gráfico 18).

GRÁFICO 18
Distribuição dos domicílios segundo condição de pobreza e condição de atividade do principal responsável (chefe) - Minas Gerais – 2022



Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas. Elaboração: DIEESE

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

Negros(as) = pretos(as) e pardos(as). não negros(as) = brancos(as), amarelos(as) e indígenas.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este boletim procurou apresentar um primeiro quadro sobre a pobreza em Minas Gerais, através de uma abordagem que trata a exclusão econômica e social a partir da distribuição da renda monetária domiciliar *per capita*. Esta perspectiva, que tomou como referência os vários acúmulos que subsidiam a política pública de assistência em âmbito nacional, além de articular aspectos relativos à organização familiar, resumizando um assunto complexo em si, viabilizou um olhar objetivo sobre a pobreza, associando-a ao limite dos R\$ 218 disponíveis por pessoa.

Esta opção, longe de pretender esgotar o tema, também foi adotada por proporcionar uma visão panorâmica e útil para sistematização de várias temáticas que circundam a questão central do boletim, visando uma agenda de estudos futuros sobre a pobreza, a partir de outras vertentes metodológicas e detalhamentos. Para o alcance destes propósitos de sistematização, o presente boletim apresentou o cenário da renda domiciliar *per capita* em Minas Gerais e uma caracterização das unidades domiciliares do estado que compõem o foco do Programa Bolsa Família.

Esta sistematização indicou que a renda média do domicílio por pessoa em Minas Gerais era de R\$ 1.505, em 2022, um patamar 5% inferior à média brasileira e alcançado após uma década em que o comportamento do poder aquisitivo domiciliar *per capita* foi mais favorável no plano regional. O padrão médio encontrado para o estado resultava de acentuada desigualdade da renda domiciliar entre as regiões do estado, visto que oscilava entre o nível mais elevado, identificado no estrato geográfico correspondente a Belo Horizonte (R\$ 2.386), e o mais baixo, registrado no Norte de Minas Gerais (R\$ 1.005).

Distribuídos segundo faixas do salário-mínimo (SM) vigente em 2022, fica constatado que um terço (33,1%) dos domicílios de Minas Gerais tinham rendas *per capita* entre R\$ 606 (meio s.m) e R\$ 1.212 (um s.m), seguidos de uma proporção de 28,2% de unidades com rendimentos situados entre mais de um a dois s.m. De tal forma, para os níveis médios da renda domiciliar estadual, o segmento de domicílios que auferem entre mais de $\frac{1}{4}$ e dois salários-mínimos é definidor (61,3%), por outro lado, identifica-se que 6,4% das residências mineiras contavam, no máximo, com $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo por pessoa (R\$ 303). Além destes, havia 0,9% de domicílios sem remuneração.

Outro modo de identificar a cauda inferior do poder aquisitivo por unidade de moradia foi obtido pela segmentação *por percentis* de renda, o que demonstrou que o segmento dos domicílios 10% mais pobres de Minas Gerais apropriava 1,5% da renda domiciliar em 2022, mantendo médias de R\$ 225 por pessoa e valor máximo de R\$ 336. Visivelmente por esta ótica, que incluía domicílios

sem renda, o valor médio da disponibilidade *per capita* ficava apenas R\$ 7 acima da linha de corte do Programa Bolsa Família (R\$ 218).

A pobreza domiciliar no estado, representada pelos domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior ou igual a R\$ 218, estaria substantivamente focalizada – situada em unidades familiares que recebem menos de ¼ do salário-mínimo e dentre aqueles 10% mais pobres. Por sua vez, esta condição compõe um contexto de forte desigualdade regional e da distribuição geral das remunerações, conforme demonstrado pelos indicadores de Gini e de Palma.

Quando retratados os domicílios pobres, a partir do corte nacional de renda, identificou-se a predominância de famílias do tipo monoparental feminino, de arranjos sobrecarregados com a presença de filhos na fase infanto-juvenil e nos quais se identifica a sobre representação de pessoas negras na chefia ou responsabilidade familiar, por um lado. Por outro lado, um substantivo percentual de homens que moravam sozinhos. Estas características, associadas a discriminações nucleadas pelo gênero, etnia e, possivelmente, etarismo, por sua vez, estão longe de definir domicílios não pobres.

Outra questão importante apontada pela sistematização de informações da pobreza, sob o recorte da linha monetária oficial, diz respeito ao numeroso volume de domicílios não pobres que contam com idosos em sua composição. Isto ganha especial relevância porque a formação da renda domiciliar no período estudado provinha, majoritariamente, do trabalho (73,5%), seguido das originadas no sistema previdenciário (19,6%) e, apenas residualmente, de transferências dos governos por meio de programas sociais (2,7%). Além disto, o confronto de dados sobre a inserção dos principais responsáveis/chefes dos domicílios no mercado de trabalho revela que: em domicílios não pobres, os chefes estão ocupados ou são inativos; nos domicílios pobres, são essencialmente inativos e desocupados. Portanto, há diferenças etárias e econômicas na inatividade destas populações, as quais se agregam a desocupação.

De forma geral, pode-se dizer que diversos temas poderiam ser desdobrados do painel apresentado, como o detalhamento por idade das famílias unipessoais masculinas; do acesso às políticas de educação, saúde e assistência por parte dos arranjos monoparentais femininos; ou ainda, da inatividade juvenil e adulta jovem. Todavia, estes seriam esforços que apenas trariam precisão para o quadro que as informações aqui sistematizadas já demarcam - a pobreza domiciliar é resultantes de marcos mais amplos da desigualdade nacional e regional, em muito definidas pela inatividade involuntária e dificuldade de acesso e permanência no universo ocupacional,

especialmente aprofundadas por rendimentos laborais baixos, obstáculos discriminatórios e escassez ou desarticulação de políticas públicas e sociais de apoio às assistenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE FREITAS, Marcos Paulo Soares *et al.* Amostra mestra para o sistema integrado de pesquisas domiciliares. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Cartilha do Programa Bolsa Família. 2023

ANEXOS

ANEXO 1
Rendimento médio domiciliar per capita (em R\$ de 2022)
Brasil, Minas Gerais e Estratos Geográfico de Minas Gerais - 2012, 2019 e 2022

Localidade	2012		2019		2022	
	Médio	Mediano	Médio	Mediano	Médio	Mediano
Brasil	1.555	924	1.668	1.008	1.586	996
Minas Gerais	1.459	950	1.570	1.064	1.505	1.066
Belo Horizonte (MG)	2.874	1.560	2.547	1.442	2.386	1.339
Entorno metropol. de Belo Horizonte (MG)	1.271	1.013	1.332	1.023	1.460	1.101
Colar metropol. de Belo Horizonte (MG)	1.691	1.151	1.534	1.105	1.535	1.031
Integrada de Brasília em Minas Gerais	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Sul de Minas Gerais	1.295	943	1.480	1.061	1.465	1.121
Triângulo Mineiro	1.751	1.227	1.841	1.251	1.687	1.197
Zona da Mata (MG)	1.190	807	1.515	1.022	1.331	993
Norte de Minas Gerais	870	557	1.007	680	1.005	712
Vale do Rio Doce (MG)	1.097	807	1.343	908	1.212	954
Central de Minas Gerais	1.316	943	1.533	1.199	1.415	1.138

Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

ANEXO 2
Distribuição percentual do total do rendimento domiciliar per capita das pessoas, por
classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento
Brasil e Minas Gerais - 2012, 2019 e 2022

Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (%)	2012		2019		2022	
	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais
Até 10%	1,0	1,3	0,8	1,3	1,0	1,5
Mais de 10% a 20%	2,2	2,6	2,1	2,8	2,4	2,9
Mais de 20% a 30%	3,2	3,7	3,1	3,9	3,4	4,1
Mais de 30% a 40%	4,2	4,7	4,1	4,9	4,5	5,2
Mais de 40% a 50%	5,3	5,8	5,3	6,1	5,6	6,3
Mais de 50% a 60%	6,7	7,1	6,8	7,5	7,0	7,7
Mais de 60% a 70%	8,2	8,7	8,3	8,8	8,5	9,0
Mais de 70% a 80%	10,8	11,0	10,9	11,0	11,0	11,2
Mais de 80% a 90%	15,6	15,2	15,6	15,0	15,9	15,4
Mais de 90%	42,8	39,8	42,8	38,8	40,7	36,6

Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

ANEXO 3

Valores de rendimento domiciliar per capita, médio e mediano, percentual da renda concentrada, segundo as classes de percentual de rendimento domiciliar per capita
Brasil - 2022

Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita	Rendimento domiciliar per capita				
	Limite inferior (R\$)	Rendimento médio (R\$)	Rendimento mediano (R\$)	Limite superior (R\$)	Percentual da renda concentrada (%)
Total	-	1.586	996	597.430	100,0
Até 10%	-	162	176	298	1,0
Mais de 10% a 20%	298	378	395	461	2,4
Mais de 20% a 30%	461	547	548	612	3,4
Mais de 30% a 40%	612	703	699	798	4,5
Mais de 40% a 50%	798	891	892	997	5,6
Mais de 50% a 60%	997	1.120	1.124	1.211	7,0
Mais de 60% a 70%	1.211	1.342	1.331	1.506	8,5
Mais de 70% a 80%	1.506	1.747	1.734	2.022	11,0
Mais de 80% a 90%	2.022	2.521	2.478	3.207	15,9
Mais de 90% a 95%	3.207	3.901	3.833	4.948	12,3
Mais de 95%	4.948	8.987	7.110	597.430	28,4

Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

ANEXO 4

Valores de rendimento domiciliar per capita, médio e mediano, percentual da renda concentrada, segundo as classes de percentual de rendimento domiciliar per capita
Minas Gerais – 2022

Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita	Rendimento domiciliar per capita				
	Limite inferior (R\$)	Rendimento médio (R\$)	Rendimento mediano (R\$)	Limite superior (R\$)	Percentual da renda concentrada (%)
Total	-	1.505	1.066	65.241	100,0
Até 10%	-	225	250	366	1,5
Mais de 10% a 20%	366	445	444	531	2,9
Mais de 20% a 30%	531	609	607	685	4,1
Mais de 30% a 40%	685	772	775	853	5,2
Mais de 40% a 50%	853	956	953	1.066	6,3
Mais de 50% a 60%	1.066	1.168	1.196	1.230	7,7
Mais de 60% a 70%	1.230	1.345	1.335	1.502	9,0
Mais de 70% a 80%	1.502	1.696	1.684	1.939	11,2
Mais de 80% a 90%	1.939	2.323	2.292	2.896	15,4
Mais de 90% a 95%	2.896	3.407	3.321	4.164	11,4
Mais de 95%	4.164	7.590	5.924	65.241	25,3

Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: DIEESE.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

ANEXO 5
Distribuição dos domicílios, segundo condição de pobreza (1) e modalidade de arranjo domiciliar, por Estratos Geográficos
Minas Gerais – 2022

Condição de pobreza (1) e tipo de arranjo domiciliar	Estado de Minas Gerais										
	Total	Estratos Geográficos									
		Belo Horizonte (MG)	Entorno metropol. de Belo Horizonte (MG)	Colar metropol. de Belo Horizonte (MG)	Integrada de Brasília em Minas Gerais	Sul de Minas Gerais	Triângulo Mineiro	Zona da Mata (MG)	Norte de Minas Gerais	Vale do Rio Doce (MG)	Central de Minas Gerais
Total de domicílios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Arranjos nucleares	53,4	46,9	49,9	56,5	49,0	58,5	53,5	53,9	51,5	56,0	57,6
Casal com filhos	36,4	31,8	33,6	40,7	35,6	37,9	36,1	36,8	36,2	38,8	39,7
Casal sem filhos	17,1	15,1	16,3	(2)	(2)	20,6	17,3	17,1	15,3	17,2	17,9
Arranjos monoparentais	12,2	13,4	12,9	17,5	16,4	10,2	11,1	12,7	13,6	13,6	9,6
Mãe com filhos	10,4	10,8	11,2	(2)	(2)	9,4	8,8	11,1	11,5	11,3	8,6
Pai com filhos	1,8	2,6	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Arranjos unipessoais	17,8	22,0	19,4	11,1	18,7	15,9	17,9	20,0	16,6	14,0	17,3
Masculino	10,4	11,1	12,4	(2)	(2)	9,9	9,9	12,4	9,8	7,8	9,7
Feminino	7,5	10,9	7,0	(2)	(2)	6,0	8,0	7,5	6,9	6,3	7,6
Outros	16,5	17,7	17,8	15,0	15,9	15,4	17,5	13,4	18,2	16,3	15,6
Não pobres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Arranjos nucleares	54,3	48,0	50,7	57,9	49,2	59,1	54,2	55,3	51,9	57,3	57,9
Casal com filhos	36,9	32,5	34,0	41,7	35,5	38,4	36,5	37,6	35,8	39,5	40,4
Casal sem filhos	17,4	15,5	16,7	(2)	(2)	20,7	17,7	17,7	16,0	17,8	17,5
Arranjos monoparentais	11,7	12,8	12,0	16,4	16,0	9,8	10,8	11,5	13,5	13,1	9,2
Mãe com filhos	9,8	10,1	10,3	(2)	(2)	8,9	8,6	9,9	11,3	10,7	8,3
Pai com filhos	1,8	2,7	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Arranjos unipessoais	17,5	21,5	19,2	10,6	19,1	15,4	17,7	19,6	16,5	13,3	17,3
Masculino	10,1	10,9	12,3	(2)	(2)	9,7	9,9	11,8	9,4	7,1	9,7
Feminino	7,4	10,6	6,9	(2)	(2)	5,8	7,8	7,8	7,1	6,2	7,6
Outros	16,6	17,7	18,2	15,1	15,7	15,7	17,3	13,5	18,2	16,3	15,6
Domicílios Pobres (1)	100,0	100,0	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	100,0	100,0	100,0	(2)
Arranjos nucleares	31,9	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Casal com filhos	23,8	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Casal sem filhos	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Arranjos monoparentais	26,8	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Mãe com filhos	25,7	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Pai com filhos	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Arranjos unipessoais	26,0	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Masculino	17,3	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Feminino	8,8	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas.

Elaboração: DIEESE

Notas: Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 6
Distribuição dos domicílios, segundo condição de pobreza (1), presença e número de
filhos, por Estratos Geográficos
Minas Gerais – 2022

Condição de pobreza (1), presença de filhos e número de filhos	Estado de Minas Gerais										
	Total	Estratos Geográficos									
		Belo Horizonte (MG)	Entorno metropol. de Belo Horizonte (MG)	Colar metropol. de Belo Horizonte (MG)	Integrada de Brasília em Minas Gerais	Sul de Minas Gerais	Triângulo Mineiro	Zona da Mata (MG)	Norte de Minas Gerais	Vale do Rio Doce (MG)	Central de Minas Gerais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem filhos	42,6	46,3	46,1	31,7	42,6	43,7	44,0	43,4	38,9	37,4	41,9
Com filhos	57,4	53,7	53,9	68,3	57,4	56,3	56,0	56,6	61,1	62,6	58,1
1 filho	30,8	30,3	27,1	36,4	29,0	30,7	32,1	33,0	31,4	31,5	30,0
2 filhos	19,2	18,2	19,5	25,6	23,1	17,7	17,7	18,1	18,3	23,0	20,1
3 filhos	5,5	4,1	5,2	(2)	(2)	6,2	4,3	4,1	7,5	6,1	7,0
4 ou mais filhos	1,9	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Domicílios Não Pobres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem filhos	42,7	46,2	46,4	31,8	43,3	43,4	43,9	43,8	39,5	37,3	41,6
Com filhos	57,3	53,8	53,6	68,2	56,7	56,6	56,1	56,2	60,5	62,7	58,4
1 filho	31,3	30,9	27,2	36,6	28,5	30,9	32,5	33,6	32,8	32,1	30,3
2 filhos	19,1	18,1	19,8	26,1	23,1	17,6	17,9	17,8	17,7	22,8	20,2
3 filhos	5,2	3,9	4,7	(2)	(2)	6,3	(2)	3,6	7,0	6,1	6,9
4 ou mais filhos	1,7	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Domicílios Pobres (1)	100,0	100,0	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	100,0	100,0	100,0	(2)
Sem filhos	40,8	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Com filhos	59,2	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	68,7	(2)	(2)
1 filho	18,9	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
2 filhos	20,6	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
3 filhos	12,9	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
4 ou mais filhos	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas.

Elaboração: DIEESE

Notas: Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 7
Proporção de domicílios com filhos, segundo condição de pobreza (1) e idade dos filhos,
por Estratos Geográficos
Minas Gerais – 2022

Condição de pobreza (1) e idade dos filhos	Estado de Minas Gerais										
	Total	Estratos Geográficos									
		Belo Horizonte (MG)	Entorno metropol. de Belo Horizonte (MG)	Colar metropol. de Belo Horizonte (MG)	Integrada de Brasília em Minas Gerais	Sul de Minas Gerais	Triângulo Mineiro	Zona da Mata (MG)	Norte de Minas Gerais	Vale do Rio Doce (MG)	Central de Minas Gerais
Proporção de domicílios com filhos, sendo pelo menos um com idade											
Até 6 anos	18,0	14,9	16,0	19,1	(2)	17,7	19,6	16,9	18,3	19,9	20,4
Entre 7 e 15 anos	21,9	16,6	20,5	24,5	(2)	21,4	20,9	20,8	25,5	26,4	23,8
Entre 16 e 18 anos	8,7	8,1	8,8	(2)	(2)	9,1	8,2	7,6	11,4	8,9	8,0
Entre 19 e 29 anos	17,6	19,7	18,9	25,4	(2)	15,9	13,4	17,2	18,5	18,5	17,1
30 anos e mais	9,6	8,6	8,8	14,8	(2)	9,7	8,8	9,6	10,6	10,8	9,9
Proporção de domicílios não pobres com filhos, sendo pelo menos um com idade											
Até 6 anos	17,6	14,8	15,5	18,3	(2)	17,6	19,7	16,2	17,3	19,4	20,2
Entre 7 e 15 anos	21,5	16,2	20,0	24,0	(2)	21,5	20,8	20,2	24,1	25,9	24,0
Entre 16 e 18 anos	8,4	8,2	8,6	(2)	(2)	9,2	7,8	7,3	10,3	8,8	8,0
Entre 19 e 29 anos	17,6	19,6	18,9	25,2	(2)	16,2	13,4	17,6	18,1	19,0	17,2
30 anos e mais	9,9	8,8	8,9	15,1	(2)	9,9	9,0	9,8	11,2	11,2	10,2
Proporção de domicílios pobres (1) com filhos, sendo pelo menos um com idade											
Até 6 anos	27,7	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Entre 7 e 15 anos	32,1	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	42,0	(2)	(2)
Entre 16 e 18 anos	14,8	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Entre 19 e 29 anos	15,5	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
30 anos e mais	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas.

Elaboração: DIEESE

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 8
Distribuição dos domicílios, segundo condição de pobreza (1), presença e número de idosos, por Estratos Geográficos
Minas Gerais – 2022

Condição de pobreza (1), presença de idosos e número de idosos	Estado de Minas Gerais										
	Total	Estratos Geográficos									
		Belo Horizonte (MG)	Entorno metropol. de Belo Horizonte (MG)	Colar metropol. de Belo Horizonte (MG)	Integrada de Brasília em Minas Gerais	Sul de Minas Gerais	Triângulo Mineiro	Zona da Mata (MG)	Norte de Minas Gerais	Vale do Rio Doce (MG)	Central de Minas Gerais
Total de domicílios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem idosos	67,1	64,7	68,4	70,3	70,6	66,4	70,7	65,1	65,5	69,2	65,7
Com idosos	32,9	35,3	31,6	29,7	29,4	33,6	29,3	34,9	34,5	30,8	34,3
1 idoso	21,6	24,7	22,0	15,9	18,9	20,3	19,5	21,9	22,1	21,0	22,9
2 idosos	10,8	9,7	9,1	13,2	(2)	12,9	9,4	12,8	12,1	9,3	10,6
3 idosos ou mais	0,5	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Domicílios Não Pobres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem idosos	66,6	64,5	67,9	69,6	69,9	66,5	70,4	64,4	63,8	68,2	65,6
Com idosos	33,4	35,5	32,1	30,4	30,1	33,5	29,6	35,6	36,2	31,8	34,4
1 idoso	21,8	24,7	22,3	16,2	19,3	20,0	19,5	22,0	22,9	21,6	22,9
2 idosos	11,1	9,9	9,3	13,5	(2)	13,2	9,7	13,3	13,0	9,7	10,7
3 idosos ou mais	0,5	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Domicílios Pobres (1)	100,0	100,0	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	100,0	100,0	100,0	(2)
Sem idosos	80,3	71,5	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	85,6	88,7	(2)
Com idosos	19,7	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
1 idoso	17,6	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
2 idosos	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
3 idosos ou mais	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas.

Elaboração: DIEESE

Notas: Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

Foram considerados como idosos as pessoas com 60 anos ou mais de idade.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 9
Distribuição dos domicílios, segundo condição de pobreza (1), sexo e cor do principal responsável, por Estratos Geográficos
Minas Gerais – 2022

Condição de pobreza (1), sexo e cor do principal responsável	Estado de Minas Gerais										
	Total	Estratos Geográficos									
		Belo Horizonte (MG)	Entorno metropol. de Belo Horizonte (MG)	Colar metropol. de Belo Horizonte (MG)	Integrada de Brasília em Minas Gerais	Sul de Minas Gerais	Triângulo Mineiro	Zona da Mata (MG)	Norte de Minas Gerais	Vale do Rio Doce (MG)	Central de Minas Gerais
Total de Domicílios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Principal responsável do sexo masculino	54,1	47,9	50,3	53,1	49,8	57,0	50,9	62,8	57,4	55,8	53,4
Negro	31,3	26,1	35,1	34,4	34,2	20,3	25,2	32,2	46,4	39,0	28,5
Não negro	22,8	21,8	15,1	(2)	(2)	36,7	25,6	30,6	11,0	16,8	24,9
Principal responsável do sexo feminino	45,9	52,1	49,7	46,9	50,2	43,0	49,1	37,2	42,6	44,2	46,6
Negra	28,1	32,2	36,9	34,3	35,1	14,7	26,8	20,0	34,3	31,8	26,3
Não negra	17,8	19,9	12,9	(2)	(2)	28,2	22,3	17,1	8,4	12,4	20,3
Domicílios Não Pobres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Principal responsável do sexo masculino	54,3	48,5	50,8	54,1	50,4	57,2	51,1	63,3	56,7	55,9	53,5
Negro	31,1	26,3	35,3	34,9	34,5	20,2	25,1	32,1	45,8	38,7	28,2
Não negro	23,2	22,3	15,5	(2)	(2)	37,1	26,0	31,2	10,8	17,2	25,3
Principal responsável do sexo feminino	45,7	51,5	49,2	45,9	49,6	42,8	48,9	36,7	43,3	44,1	46,5
Negra	27,8	31,6	36,5	33,1	35,3	14,8	26,6	19,3	34,6	31,8	25,8
Não negra	17,9	19,8	12,7	(2)	(2)	27,9	22,3	17,4	8,7	12,4	20,7
Domicílios Pobres (1)	100,0	100,0	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	100,0	100,0	100,0	(2)
Principal responsável do sexo masculino	49,2	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	65,4	(2)	(2)
Negro	36,9	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	52,6	(2)	(2)
Não negro	12,3	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Principal responsável do sexo feminino	50,8	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Negra	36,1	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Não negra	14,7	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas.
 Elaboração: DIEESE

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

Negros(as) = pretos(as) e pardos(as). não negros(as) = brancos(as), amarelos(as) e indígenas.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 10
Distribuição dos domicílios, segundo condição de pobreza (1) e condição de atividade do responsável principal, por Estratos Geográficos
Minas Gerais – 2022

Condição de pobreza (1) e atividade econômica do principal responsável	Estado de Minas Gerais										
	Total	Estratos Geográficos									
		Belo Horizonte (MG)	Entorno metropol. de Belo Horizonte (MG)	Colar metropol. de Belo Horizonte (MG)	Integrada de Brasília em Minas Gerais	Sul de Minas Gerais	Triângulo Mineiro	Zona da Mata (MG)	Norte de Minas Gerais	Vale do Rio Doce (MG)	Central de Minas Gerais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Inativo	33,4	30,3	30,8	33,4	33,6	34,9	29,0	35,4	42,1	35,2	31,5
Economicamente ativo	66,6	69,7	69,2	66,6	66,4	65,1	71,0	64,6	57,9	64,8	68,5
Ocupados	63,3	64,9	64,7	63,5	64,5	63,2	68,0	62,4	55,1	61,5	65,0
Desempregado	3,3	4,8	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Não pobres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Inativo	32,4	29,4	29,7	32,5	33,2	33,4	28,8	34,6	40,5	34,1	31,0
Economicamente ativo	67,6	70,6	70,3	67,5	66,8	66,6	71,2	65,4	59,5	65,9	69,0
Ocupados	65,1	67,0	66,2	64,9	65,3	65,0	69,2	64,2	57,7	63,9	66,2
Desempregado	2,5	3,7	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Domicílios Pobres (1)	100,0	100,0	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	100,0	100,0	100,0	(2)
Inativo	59,6	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	61,9	(2)	(2)
Economicamente ativo	40,4	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Ocupados	16,2	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Desempregado	24,3	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas.
 Elaboração: DIEESE

Notas: Exclui as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 11
Taxas de participação e de desocupação do principal responsável pelo domicílio, segundo condição de pobreza (1)
Minas Gerais – 2022

Taxas de participação e de desocupação	Estado de Minas Gerais		
	Total	Não Pobres	Pobres (1)
Taxa de participação (em % da PIA)	66,6	67,6	40,4
Taxa de desocupação (em % da PEA)	4,9	3,6	60,0

Fonte: IBGE. PNADC, 2022, acumulado de quintas visitas.
 Elaboração: DIEESE

Notas: Exclui as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 12
Distribuição dos principais responsáveis por domicílios ocupados, segundo condição de pobreza (1) e setor de atividade econômica do trabalho principal
Minas Gerais – 2022

Setor de atividade econômica	Estado de Minas Gerais		
	Total	Não Pobres	Pobres (1)
Total (2)	100,0	100,0	100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	13,3	13,2	(3)
Indústria geral	14,5	14,5	(3)
Construção	8,4	8,4	(3)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	15,3	15,3	(3)
Serviços	48,6	48,6	(3)
Serviços Domésticos	7,8	7,6	(3)

Fonte: IBGE. PNADFC, 2022, acumulado de quintas visitas.
 Elaboração: DIEESE

Notas: Exclui as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
 Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Domicílios com renda domiciliar per capita igual ou menor que R\$ 218,00.

(2) Inclui atividades mal definidas.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 13 Estratos Geográficos de Minas Gerais²



Fonte: IBGE. Elaboração: DIEESE

² Os estratos geográficos fazem parte do método usado pelo IBGE para definir a estratificação espacial da amostra. De acordo com De Freitas (2007), trata-se da classificação das unidades primárias de amostragem em grupos ao mesmo tempo homogêneos e contíguos.